

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano IX • Janeiro/Febrero/Março 2007 • Nº 65

E D I T O R I A L

O Estado de Direito Democrático em causa

Na sequência da decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra de dar provimento à prevenção cautelar interposta pelos 10 Sargentos da Força Aérea punidos pelo Comandante do COFA, gerou-se uma polémica, com vasta participação nos Órgãos de Comunicação Social, cujos protagonistas visavam, e continuaram a visar, dois objectivos específicos. O primeiro, gerar pressão sobre o Tribunal quando fossem apreciadas as partes em sede de decisão sobre a prevenção cautelar, o segundo criar as condições na Opinião Pública para a alteração da legislação caso o Tribunal viesse a decidir - como decidiu - manter provisoriamente a suspensão da eficácia do acto administrativo que puniu os nossos camaradas.

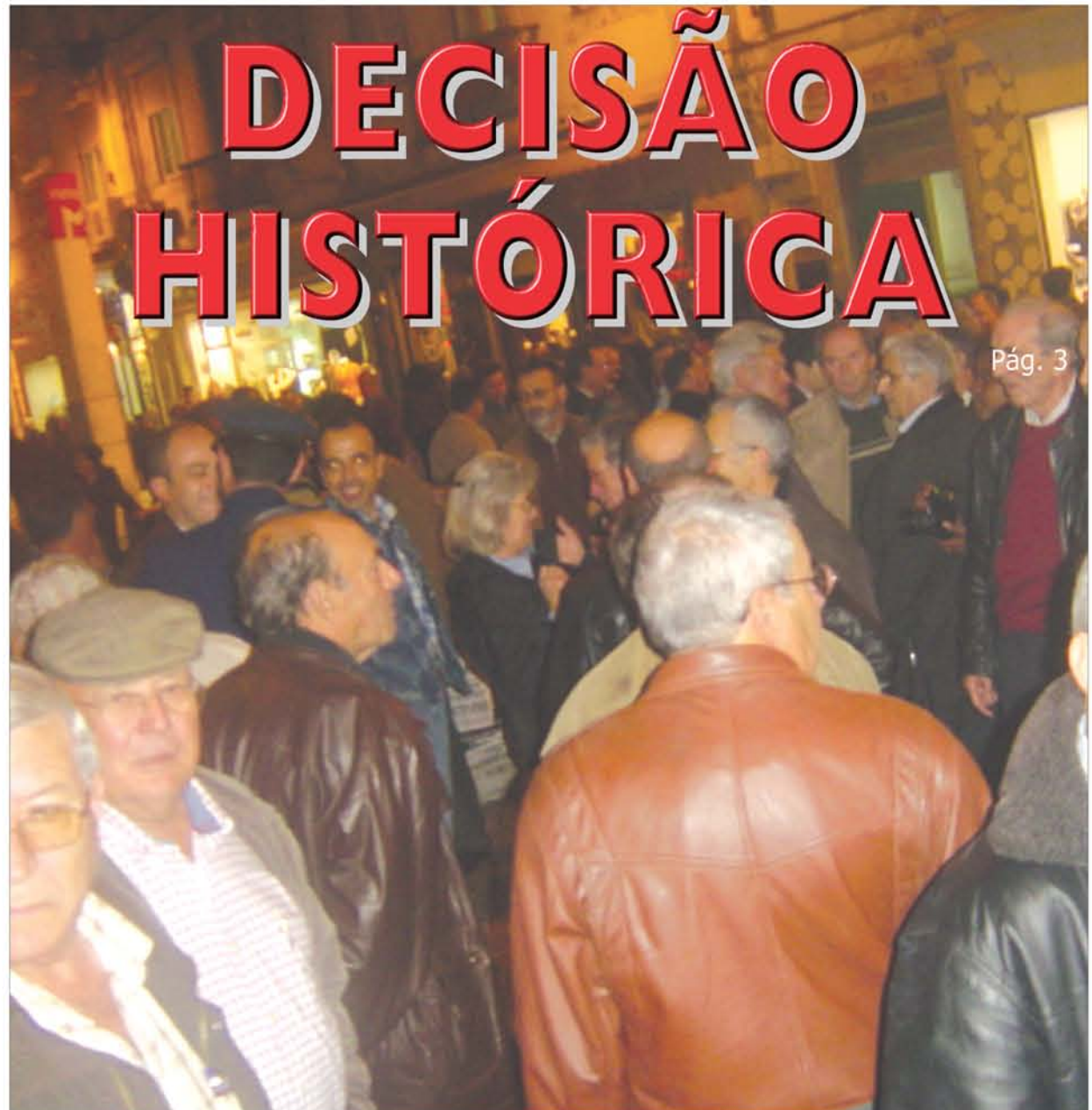
Para conseguirem tal desiderato verberaram sobre (contra) a intromissão dos Tribunais na Disciplina Militar; esforçaram-se por criar, nos menos atentos, a ideia que imperava um clima de indisciplina nos quartéis; profetizavam o apocalipse das Forças Armadas caso os Tribunais continuassem a dar provimento às providências cautelares; veio por fim, depois de criada esta nuvem de fumo ou fumaça, o Ministro da Defesa lançar aos quatro ventos a sua intenção de alterar o RDM para impedir o acesso dos militares aos Tribunais.

Impõe a verdade e o rigor que se recoloca a polémica no seu devido lugar, retirando do ar toda a fumaça levantada. Assim é preciso que se diga que os Tribunais Administrativos e Fiscais que, até ao momento, decretaram a suspensão provisória do cumprimento das penas disciplinares aos nossos camaradas, não se intrometeram na disciplina militar, pelo simples facto de não terem apreciado o mérito ou o demérito das penas, mas tão somente terem decidido conforme o art. 131º do CPTA por se estar perante um caso de direito à liberdade que se não fosse decretada provisoriamente a providência o próprio processo cautelar perderia a sua utilidade e não teria quaisquer efeitos práticos em matéria e sede de recursos. Por outro lado, o cenário de que grassa nos quartéis um clima de indisciplina devido à desautorização dos comandos por acção das decisões dos Tribunais, não é verdadeiro. É totalmente falso e desafiamos quem quer que seja - Governo, Chefias Militares, mesmo até os fazedores de desvirtuação da Opinião Pública -, a apontarem um único caso de ordem legítima não cumprida, de uma tarefa, da mais simples à mais complexa, que não tenha sido cumprida com dedicação, brio e profissionalismo pelos militares, qual a missão que ficou por cumprir.

Os militares, e os sargentos especialmente, sabem bem qual o valor e importância da disciplina, por isso não só aceitam, como a defendem, mas não a confundem com autoritarismos e prepotência que minam a coesão da Instituição Militar. Contrariamente ao que os falsos profetas do apocalipse defendem, não é o mero exercício dos direitos de cidadania pelos militares que destroem as Forças Armadas, o que as destrói são as políticas governamentais que visam retirar os mais elementares direitos a toda a Família Militar, a acção reiterada de não cumprimento da legalidade democrática - Leis da República e a própria Constituição.

O anúncio feito pelo Ministro da Defesa da sua intenção de mudar o RDM, foi justificado com as seguintes razões: "sem disciplina e respeito pela hierarquia, não há Forças Armadas e sem Forças Armadas não há Estado de Direito Democrático" não podemos estar mais de acordo, só que o respeito pela hierarquia e a disciplina não estão postos em causa. O que está em causa e o Sr. Ministro não diz, é que o recurso aos Tribunais pelos militares dificulta o seu objectivo de nos silenciar, de nos resignar e como não serve... mude-se a Lei! **Isto sim, põe em causa e se fizer tese** - é a segunda vez e por dois Ministros diferentes deste Governo que tal é dito - **destrói o Estado de Direito Democrático.** ▲

Pág. 10



Pág. 3

V ENCONTRO NACIONAL DE SARGENTOS

Lisboa, 9 de Junho

Pág. 2

31 de Janeiro Dia Nacional do Sargento

Estamos novamente num processo complexo, difícil, que se prevê longo, de batalhas duras, lutando pela salvaguarda da única coisa que os militares dispõem e que os diferencia de todos os restantes cidadãos nacionais constituindo a essência da sua razão de ser seguindo um exigente Código de Honra: a Condição Militar.

Pág. 10



Central de Compras

Serviços de Limpeza nas FFAA

Quando o ex-MDN Paulo Portas, numa atitude de moralização dos negócios e da gestão sensata dos recursos financeiros da Defesa Nacional, avançou com a Central de Compras, ficámos todos muito mais descansados. Agora sim, vamos ter do bom e do barato! Acabou-se o rega-bofe!

E se não fomos nós que assim pensámos, pensou-o a opinião pública, que para isso é que se veio com a já costumeira demagogia publicitária, escondendo o facto de, há muitos anos, as FFAA lutarem e trabalharem com restrições orçamentais, sem ter deixado uma única missão por cumprir.

E foi anunciado também, para concretizar e afastar quaisquer dúvidas quanto à transparência da decisão, que fosse que empresa fosse que passasse a pertencer à Central de Compras, tendo assim a possibilidade de fornecer a Defesa Nacional, ou prestar-lhe serviços, deveria ter, obrigatoriamente, uma imaculada folha de serviços. Ou seja, não podia dever nada ao Estado, não podia ter relações comerciais com empresas que não estivessem dentro da legalidade, tinha que ter uma solidez empresarial e um nome no mercado que garantisse o fiel cumprimento dos contratos (afinal, é para a Defesa Nacional que essa empresa iria vender). E nós acrescentamos, que também teria de cumprir toda a legislação laboral, nomeadamente no cumprimento de contratos com os trabalhadores, e teria que prestar um serviço de qualidade. E acrescentamos porque confiamos que isto também estará estabelecido no caderno de encargos das empresas que concorrem à Central de Compras.

No entanto, será que está mesmo tudo isto garantido? É que, anda por aí, nas unidades militares, uma empresa de limpeza, que veio via Central de Compras, que retirou os antigos aventais e entregou outros, mais vistosos, às funcionárias, e que presta um serviço pouco acima do sofrível. Essas são as diferenças que nós vemos, pois até as funcionárias são as mesmas. Elas, as funcionárias, e os funcionários já agora, bem como as suas famílias, veem mais diferenças que nós: veem os seus ordenados por pagar há dois meses!

Mas então?... as empresas da Central de Comp... cumprir escrupulosamente todas as obrig... Alguém consegue explicar os vencimentos em atras...

Alguém está a ver que empresa será esta?

Alguém sabe quem serão os donos dessa empresa? ▲



Dia 9 de Junho em Lisboa

V Encontro Nacional de Sargentos

Inserido nas comemorações do 18.º aniversário da ANS, a Direcção da nossa associação decidiu realizar, no dia 9 de Junho próximo, em Lisboa (em local ainda a designar), o V Encontro Nacional de Sargentos.

Sobre esta iniciativa o "O Sargento" falou com o presidente da Direcção da ANS, António Lima Coelho.

"O Sargento" – Lima Coelho, quais os objectivos que a ANS pretende alcançar com a realização do V Encontro Nacional de Sargentos?

Lima Coelho – Vivemos hoje um período na vida associativa completamente novo, em virtude das reacções institucionais, e não só, às decisões dos Tribunais Administrativos e Fiscais de Sintra e Almada, pelo que se torna necessário um debate sereno mas simultaneamente profundo, e o mais esclarecedor possível, sobre estas matérias – A Disciplina, as Forças Armadas e o Estado de Direito Democrático.

Por outro lado, as medidas governamentais sobre a assistência na doença

para os militares e seus familiares, a sua importância na degradação da qualidade do nível de vida da Família Militar, bem como todo um conjunto de medidas no campo sócio-profissional que carecem de ser debatidas e esclarecidas por todos nós sargentos, para que se possam dar as necessárias e correspondentes respostas.

"O Sargento" – Um Encontro Nacional tem um peso especial pelo que convém ser amplamente participado. É assim que vai ser?

Lima Coelho – Efectivamente, um Encontro Nacional tem que ser bastante participado, pois é um momento em que todos os olhos estarão postos em nós. A ANS tem clara consciência dessa situação e por isso apelamos a todos, aos Sargentos de Portugal, para que estejam presentes, para que comecem desde já a organizar-se para nele participarem. Pela nossa parte iremos para o terreno, reunir com os núcleos, com os delegados e associados a fim de os motivar, para os esclarecer da importância deste evento.

Temos razões de sobra para acreditar que este Encontro irá ser um marco importante na nossa vida associativa.

"O Sargento" – O Encontro coincide com o 18.º aniversário da ANS. Como caracteriza o seu percurso?

Lima Coelho – Estes dezoito anos têm sido da maior importância para a Dignificação do Ser Sargento nas Forças Armadas e, inclusivamente para o prestígio da própria Instituição Militar. Não tem sido um percurso fácil dando assim expressão e razão de ser ao nosso lema "Quão Dificil Nos Temos Movido", mas simultaneamente tem sido gratificante e bastante enriquecedor. Hoje vivemos um período de dificuldades que só terá eventualmente paralelo com o início da vida associativa, mas com a nossa firme determinação, com o apoio sempre crescente dos Sargentos de Portugal, seguiremos em frente com a tenacidade, coragem e coerência que nos tem caracterizado.

O V Encontro Nacional de Sargentos irá, com toda a certeza, ser prova disto mesmo! ▲

Audiências

No dia 4 de Janeiro realizou-se, a pedido da ANS, uma reunião entre as Direcções da Associação Sindical dos Juízes Portugueses, representada pelo seu presidente, Juiz Desembargador António Francisco Martins, e da Associação Nacional de Sargentos, representada pelos presidente Lima Coelho, vice-presidente David' Pereira e pelo Dr. Emanuel Pamplona do seu gabinete jurídico.

A reunião, que decorreu na sede daquela associação, num ambiente de total abertura, serviu para uma aprofundada troca de informações associativas, de entre as quais avultam, pela sua importância, as relativas à defesa dos Direitos de cidadania e à decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria e sobre a forma ofensiva com que aquele Órgão e a sua Juíza foram tratados num programa televisivo.

As Associações manifestaram desejar prosseguir e aprofundar o diálogo associativo, encetar formas de cooperação no âmbito da defesa dos direitos de cidadania consagradas na Constituição da República Portuguesa e nas demais leis.

A 24 de Janeiro de 2007 realizou-se, também a pedido da ANS, uma reunião entre as Direcções do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, representada pelo magistrado Dr. José Ramos e a Associação Nacional de Sargentos, representada pelos presidente Lima Coelho e o vice-presidente David' Pereira.

A reunião, que decorreu na sede daquela associação, num ambiente de total abertura, serviu para uma aprofundada troca de informações associativas, de entre as quais avultam, pela sua importância, as relativas à defesa dos Direitos de cidadania e informações sobre a acção

judicial que sócios daquele Sindicato interpuseram em Tribunais Administrativos acerca da "Lei dos Congelamentos". A Direcção daquele sindicato está confiante de que este processo será decidido a favor dos funcionários públicos afectados por aquela medida lesiva dos interesses e direitos adquiridos.

Por outro lado fomos também informados acerca de medidas de salvaguarda dos direitos dos cidadãos sujeitos a questões administrativas idênticas a outras já decididas favoravelmente pelos Tribunais Administrativos em três ou mais casos idênticos aos seus.

As Associações manifestaram desejar prosseguir e aprofundar o diálogo associativo, encetar formas de cooperação no âmbito da defesa dos direitos de cidadania consagradas na Constituição da República Portuguesa e nas demais leis. ▲

Providência cautelar de suspensão do cumprimento de penas

Na sequência das penas disciplinares aplicadas a 11 Sargentos – 10 da Força Aérea e um da Marinha – foram interpostas nos Tribunais Administrativos e Fiscais de Sintra e Almada providências cautelares de suspensão do cumprimento das penas até à transição em julgado que vier a ser proferida sobre a impugnação do acto administrativo definitivo das punições.

Tratando-se as penas aplicadas de medidas restritivas da liberdade, um bem defendido constitucionalmente, e encontrando-se o acto administrativo que o determinou em fase de reclamação e futuro recurso hierárquico e contencioso, os Tribunais acima referidos decidiu nos termos do Artigo 131.º do Código do Procedimento dos Tribunais Administrativos (CPTA), decretar provisoriamente a providência cautelar de suspensão das penas.

A decisão foi sustentada por não haver dúvidas que se está perante um caso de Direito à Liberdade que se não forem decretadas provisoriamente as providências requeridas, o próprio processo cautelar perderá a sua utilidade e não terá quaisquer efeitos práticos.

Tratam-se de decisões históricas, não só por terem sido as primeiras, mas porque fundamentalmente abrem caminho para colocar dentro do Estado de



DECISÃO HISTÓRICA

Direito Democrático o regime disciplinar militar, e vem criar a necessidade para todos nós militares, independentemente da posição hierárquica e/ou fun-

cional, de mais responsabilidade, porque, como sempre defendemos, os direitos caminham a par da responsabilidade.

Pela nossa parte estamos conscientes dos nossos deveres e das responsabilidades acrescidas que a nova situação implica. ▲

A Comissão de Oficiais, Sargentos e Praças na Reserva e Reforma (CMRR) e a Comissão Promotora dos Direitos de Cidadania dos Militares (CPDCM) promoveram em 23 de Novembro de 2006 uma jornada demonstrativa da insatisfação reinante na Família Militar face às medidas governativas contrárias à Condição Militar, à qual denominaram de "Passeio do Nosso Descontentamento". Esta iniciativa veio a contar com a solidariedade das associações profissionais de militares – ANS, AOFA e APA – expressa em comunicados divulgados publicamente.

Cerca de três mil militares (do activo, reserva e reforma) e suas famílias, entre os quais cerca de uma dezena de oficiais generais, passearam o seu descontentamento entre a Praça do Rossio e a Praça do Comércio, de forma ordeira, com elevado sentido ético e cívico, que mereceram rasgados elogios dos promotores e do povo anónimo da cidade de Lisboa com quem se iam cruzando.

O "Passeio do Nosso Descontentamento" terminou com uma Conferência de Imprensa realizada na esplanada do conhecido café lisboeta "O Martinho da Arca da" (foto), onde os promotores, através do seu porta-voz Capitão-Tenente Fernandes Torres, abordaram as razões do descontentamento que grassa na família militar da qual se destacam:



O PASSEIO DO NOSSO DESCONTENTAMENTO

- o agravamento das condições de vida fruto da legislação aprovada em finais de 2005, relativamente à assistência na doença aos militares e famílias e à alteração dos regimes de passagem à reserva e reforma, que lesaram de forma extrema o Estatuto da Condição Militar;

- a retirada da respectiva comparticipação a mais de 44 medicamentos e a redução em 0,5% nos restantes;

- o agravamento para 1,5% do desconto para a ADM, desrespeitando o compromisso do anterior Ministro da Defesa (o actual Ministro dos Negócios Estrangeiros);

- os cortes no Orçamento de Estado para 2007 de 60 milhões de euros na saúde e de 30 milhões de euros nas verbas destinadas às remunerações de reserva;

- o despedimento anunciado na Assembleia da República, pelo Ministro da Defesa, de 900 militares sem esclarecer como o faria;

- o incumprimento sistemático e reiterado de mais de 40 diplomas legislativos, como foi denunciado e provado no relatório elaborado pela Comissão de Inquérito ao Incumprimento da Legalidade Democrática, presidida pelo Tenente-General Silvestre dos Santos. ▲

Sobre os efeitos do associativismo sócio-profissional dos militares

Volta na volta surgem estudos de reputados economistas e sociólogos que sustentam o facto de a existência de sindicatos intervenientes terem efeitos benéficos na economia e na sociedade, constituindo um estímulo no sentido da inovação, evitando a cristalização e o acomodamento em soluções injustas e inadequadas em cada momento, como a competitividade à custa dos baixos salários e qualificações.

Em oposição podemos concluir que as sociedades onde o direito de associação sócio-profissional e sindical sofre fortes restrições ou mesmo proibições, levam ao acomodamento das elites governantes e traduz-se em atrasos no desenvolvimento das sociedades e, conseqüentemente, nas suas economias. Em suma: a repressão associativa conduz ao atraso, à miséria de recursos, em sentido lato, ao afunilamento das soluções para debelar as crises em cada momento, em sentido estrito.

Porém, só por si, a existência destas associações representativas não assegura os efeitos benéficos que aqueles estudos indicam. Ao longo dos anos, e após o advento do sindicalismo, assistiu-se, também, a várias formas de adaptação à nova realidade, dos dirigentes avessos ao progresso e à inovação, mesmo quando em palavras afirmam o contrário.

Uma das formas de adaptação utilizadas por tais seres socialmente anciloados, bolçando modernismos, é a de estimularem, ou mesmo custearem, o surgimento de movimentos de opinião e de acção no seio dos profissionais representados, tendentes a criarem a confusão em torno dos princípios, dos objectivos, dos métodos de acção, organização e funcionamento das associações representativas, dificultando a sua acção.

É um método velho e recorrente de oposição e, simultaneamente, de atraso dos meios onde actuam com linguagem e capa de grande modernidade.

Entre nós têm surgido, amiúde, várias emergências destas formas de oposição, sempre mais evidenciadas quanto mais árdua e complexa é a luta e difíceis os objectivos a atingir, colocando no seio dos militares em geral e dos sargentos em particular a correr a velha questão de se saber se, nos dias de hoje, as acções de luta ainda fazem sentido, ou se deveriam ser substituídas por uma atitude associativa mais "cordata e não rebarbativa, mais dialogante, aberta e sensível às questões colocadas pelo poder..." no recato dos gabinetes e afastada do "folclore da rua".

Em muitos casos será a ingenuidade de quem acredita sinceramente que o Poder serve para resolver os seus problemas e os resolverá se deles tiver conhecimento. Noutros casos será o deslumbramento pela proximidade com o poder o que é normal e humano, mas facilmente reenaminhável para a direcção correcta da defesa dos interesses sócio-profissionais dos nossos representados.

Noutros casos o assunto é mais profundo e já não se trata só de deslumbramento, mas essencialmente a pretensão de ascender a um outro estatuto, e inerentes mordomias, mesmo em detrimento dos princípios que nortearam a opção inicial pelo associativismo. Usando mesmo esse passado como moeda de troca e para afirmação no seio dos que, hoje, já não servem os princípios, nem respeitam esse passado, e traem em conluio com o Poder.



Porém, casos há, também, em que camaradas honestos, dedicados, por vezes talentosos, se deixam enredar por questões marginais, às quais dão uma importância para além da que realmente têm, ficando obcecados pelo arbusto deixando de ver a floresta.

É claro que, normalmente, verificamos este tipo de argumentos em ambas as partes, pelo que só os resultados concretos da vida nos permitirão, com o tempo, aferir da justeza de tal ou tal das razões. Aferir quem de facto ainda "pensa pela sua cabeça" – se isso é possível. Os mais de trinta anos de vida associativa e pré associativa da ANS têm sido muito ricos em exemplos esclarecedores.

...imenso ruído que os opositores colocam nos canais de comunicação e nas adulterações que têm sido feitas à história do associativismo...

Há pouco tempo, um jovem camarada segundo sargento artilheiro do exército dirigiu-se à nossa associação a fim de se inscrever. Soubemos que o jovem camarada o tentou fazer em todas as unidades por onde tem passado desde da ESE, onde, pela primeira vez diligenciou junto de um fundador e ex-dirigente da ANS, não encontrando por essa via forma de concretizar a sua pretensão.

Mais importante do que este dado em concreto, que poderá ter muitas e pertinentes razões, atentei no retrato que o camarada fez do que viu e sentiu nessas unidades acerca da ANS. É elucidativo que, durante cerca de três anos e várias unidades, não tenha encontrado um camarada mais antigo que o tenha ajudado a concretizar a intenção de se associar ao nosso colectivo, e que, para o fazer, tenha aproveitado a colocação provisória numa unidade de Lisboa, onde se encontrava a frequentar um curso de especialização, para telefonar e se dirigir à nossa sede consumando a sua pretensão. Foi uma epopeia exemplar.

Certamente que alguns homens ligados aos partidos do poder e membros da alta hierarquia do Exército, ao tomarem conhecimento deste facto, encontrarão nele motivos de satisfação e de elogio

para as dificuldades que naquele ramo se coloca à actividade associativa. Satisfação medíocre. Mais sensato seria ficarem preocupados.

O mesmo camarada traçou também um retrato do desconhecimento que grassa em muitas unidades acerca daquilo que foi conseguido com a luta empenhada e sofrida de gerações consecutivas de sargentos em prol da Dignificação da sua categoria militar, dos militares em geral e das próprias Forças Armadas. Esse balanço já o fizemos muitas vezes de várias formas, embora a mensagem ainda não tenha chegado a todo o lado, ou mesmo à maioria dos sargentos.

Não só por insuficiências próprias da ANS, consubstanciada nos seus dirigentes e delegados, homens no activo, mas também pelo imenso ruído que os opositores colocam nos canais de comunicação e nas adulterações que têm sido feitas à história do associativismo, por vezes mesmo de dentro, por quem a viveu e dela tenha apreendido uma leitura diferente, ou, hoje, tenha optado por outros caminhos – é a vida. Que Deus os acompanhe!

Mas, voltando ao cerne da questão que hoje nos traz de teclado e punho e impressora no papel: Como seriam as Forças Armadas hoje se não tivessem ocorrido as lutas ao longo de mais de trinta anos protagonizadas pelos Sargentos de Portugal pela sua Dignificação e pelo associativismo?

Resumindo só o mais saliente: Havíamos de continuar a não ter acesso ao RDM e demais legislação atinente à profissão que abraçámos; a não podermos constituir advogados de defesa em contencioso com os ramos; a ser contratados a prazo e a não ter um estatuto profissional...

Os nossos chefes manter-se-iam convencidos de estarem a exercer o seu mister com proficiência, usando indevidamente a autoridade de que estão investidos. Confundindo sujeição com subordinação, medo de represálias com a assumpção consciente da disciplina, num acto cívico e patriótico de dádiva ao serviço do Povo do qual emanamos e ao qual servimos.

A ignorância e o obscurantismo dos homens são armas dos medíocres. A luta

pela Dignificação sempre passou e passará pelo esclarecimento e formação profissional, cívica, cultural e humana dos homens e terá, forçosamente, como opositores os medíocres. Incapazes de se elevarem nos valores mais nobres da Condição Militar e construir carreiras dignas que nos tornem a todos cidadãos mais realizados, empenhados no trabalho em equipa, na concretização da missão. Só os medíocres têm medo do associativismo e se opõem ao seu desenvolvimento.

Um dos desafios que se coloca hoje a qualquer Chefe Militar moderno, nas sociedades que se desejam democráticas, em toda a acepção do seu sentido, é saber incorporar nos seus processos de decisão o labor e os contributos produzidos pelas associações, autonomamente, nos campos que directamente podem influenciar a qualidade do serviço, a operacionalidade e a formação dos militares.

Saberem incorporar a acção autónoma das associações, não como um serviço enquistado na organização militar, mas como o contributo independente, positivo, que remanesce da sua actividade é um desafio e um exercício da cidadania que os chefes militares necessitam de incluir nos seus processos de gestão e decisão.

Entender o associativismo como um elemento de cidadania, intrínseco a qualquer sociedade avançada, e, por isso, elemento qualificador dos militares enquanto cidadãos em uniforme, com todos os reflexos positivos que advêm para a formação e o desempenho dos militares enquanto operacionais.

Se terá sido sempre assim, com o advento das missões humanitárias e de paz estes factores sobressaem ainda com maior relevância. A missão militar, nestas circunstâncias é ainda mais complexa e a capacidade de decisão imediata mais necessária.

Os militares nessas missões, já não são confrontados com exércitos regulares em campos de batalha, mas com populações civis de onde emergem as forças combatentes, por vezes, com objectivos e métodos novos e desconhecidos. Têm de assumir funções de policiamento e controlo, de ajuda à vida de populações traumatizadas e fustigadas por confrontos recentes, em climas sociais de grande tensão.

Nestas circunstâncias ao militar é exigido um outro comportamento que já não se baliza entre inimigos declarados, com o objectivo de se destruírem. Esta mudança de paradigma da missão militar, sem a adequada formação cívica, pode ter conseqüências desumanas como se conhecem das prisões do Iraque, por soldados americanos e ingleses, nos afloramentos mais recentes.

É também por isto, que ao soldado de hoje é exigida uma atitude nova, ainda mais cívica e humana, só possível com homens livres que assumem a sua Condição Militar como um exercício superior de cidadania. E este objectivo torna-se mais fácil de atingir com a prática associativa como escola de cidadania e de consciencialização dos direitos e deveres constitucionais e democráticos inerentes.

Neste contexto os ramos que mais resistem à mudança e ao avanço da prática associativa, ao invés de estarem a formar os seus homens, pelo contrário, estão a dificultar-lhes a ascensão aos mais elevados patamares cívicos e a condenar-se ao atraso e à mediocridade. Tal como qualquer sociedade.

Chefias Militares e Tribunais

Dr. Guilherme Fonseca
Juiz Conselheiro Jubilado

A propósito das recentes notícias acerca da medida de prisão disciplinar aplicada ao sargento-mor da Armada David Pereira e da envolvimento pública que o caso mereceu, não se evitando, todavia, que o sargento-mor cumprisse efectivamente cinco dias dessa prisão, veio à baila o assunto do respeito pelas decisões dos tribunais administrativos. É que o militar da Armada não acatou a medida disciplinar e reagiu contenciosamente contra ela – reagiu, e bem, diga-se de passagem, como qualquer cidadão que se confronta com a administração pública – através de um mecanismo da justiça cautelar administrativa, em mais de 24 horas, após a detenção, que é a suspensão da eficácia do acto administrativo, previamente à acção administrativa especial, que no caso tem cabimento, para defesa dos direitos ou interesses legalmente protegidos. Tanto mais que o comportamento presumivelmente infractor teria ocorrido em Maio e estranhamente só agora foi tomada pelas chefias militares a decisão disciplinar em causa.

Com esse mecanismo, à luz do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, obtém-se de imediato e automaticamente a suspensão provisória do acto administrativo, implicando logo a cessação da medida de prisão disciplinar. É bastante a citação da autoridade administrativa.

Porém, as chefias militares, numa hipótese temporalmente muito limitada – prisão disciplinar, por cinco dias, de quinta a segunda-feira, mantendo-se de permeio um fim-de-semana -, não acataram o decidido pelo

tribunal administrativo e, pelos vistos, usando uma faculdade que o citado Código prevê, invocaram o interesse público, em despacho que teria de ser fundamentado, mas não se sabe se o foi, e assim obstaram ao efeito suspensivo, deixando que o tempo passasse, para se completarem os tais cinco dias, o que foi fácil. E fizeram-no já depois de cumprida a medida disciplinar, quando o tribunal recebeu a comunicação desse despacho.

Independentemente da bondade de tal despacho, cujo merecimento e legalidade cabe ao tribunal administrativo apreciar, é fácil perceber que as chefias militares quiseram obter, na prática, o efeito útil da medida disciplinar, ou seja, o cumprimento dos cinco dias de prisão disciplinar pelo sargento-mor, aproveitando o tal fim-de-semana. E conseguiram-no com o expediente utilizado.

No mínimo, e no contexto de uma medida desse tipo, é criticável que as chefias militares tenham aproveitado o decurso do tempo para obrigar o militar a cumprir a prisão disciplinar. E é criticável que tenham feito frente ao tribunal administrativo e aos efeitos que a lei comina para a suspensão da eficácia, só para consumarem os seus objectivos de disciplina militar.

Caberá agora ao tribunal administrativo apurar se foi legal a execução do acto administrativo, extraindo as devidas consequências processuais.

Para tudo é preciso bom senso e, neste caso, o bom senso impunha que se respeitasse o efeito suspensivo da eficácia do acto administrativo, fazendo cessar logo a prisão disciplinar imposta ao sargento-mor. ▲

A Disciplina Militar e os Direitos Sócio-profissionais

Doutor Bernardo Colaço

A decisão de um Tribunal Administrativo suspendendo a pena de prisão disciplinar de 5 dias aplicada a alguns dos militares participantes no *Passeio de Descontentamento* ocorrido no dia 23.11.2006 parece ter sido mal acolhido em certos sectores castrenses. Chega-se a afirmar jocosamente que “*não há juízes civis no campo de batalha*” e sufraga-se mesmo a revogação das Leis n.ºs. 3/01 e 4/01 de 29/30 de Agosto, leis essas, que em Portugal, à semelhança do que acontece no resto da Europa Democrática, consagram o associativismo profissional dos militares e o seu direito de manifestação. Não consta que nesses países as Forças Armadas sejam menos eficazes ou operativas por fruírem desses direitos.

A disciplina não é um exclusivo militar, e

pese embora seja mais rigorosa nesse contexto, não pode ter a virtualidade de em tempo de paz, pôr em causa o exercício de direitos que a lei reconhece, sob pena de atropelar o próprio Estado de Direito Democrático a que a instituição militar pertence. A não ser que se entenda que o *Passeio de Descontentamento* seja configurado como um acto ou acção de guerra!

Assim, a tentativa para impedir, sob a alegação de indisciplina em tempo de paz, o exercício de direitos que visam satisfazer aspirações sócio-profissionais, acaba por envolver a própria instituição militar politicamente, por estar a substituir-se ao Executivo, o que a Constituição veda. A isto acresce o gravame de desacrérito que se faz recair sobre os órgãos de soberania - a Assembleia de República donde as leis dimanaram e os Tribunais que as aplicaram. ▲

Eurodeputada questiona Comissão Europeia

A eurodeputada Ilda Figueiredo, eleita nas listas da CDU, solicitou à Comissão Europeia, no passado dia 15 de Fevereiro, que a informe sobre as diferentes legislações e recomendações existentes nos Estados Membros da EU quanto à defesa do Associativismo Militar.

Sustenta a eurodeputada que nos últimos dois anos, cerca de 50 membros de diversos ramos das Forças Armadas Portuguesas foram ou estão a ser alvo de processos disciplinares, e que um dos exemplos mais recentes é o do castigo aplicado a 10 Sargentos da Força Aérea.

Adianta Ilda Figueiredo que até dirigentes

do movimento associativo têm sido castigados por apenas prestarem declarações à Comunicação Social na defesa dos seus direitos sócio-profissionais.

Ainda de acordo com a eurodeputada, toda esta situação repressiva é tanto mais inadmissível quanto o Governo e Chefias Militares desrespeitam quer a Recomendação n.º 742, de 11 de Abril de 2006, do Conselho da Europa, quer a própria legislação portuguesa que consagra a existência do associativismo militar e estabelece regras da relação entre associações e o Governo nomeadamente de audição prévia relativamente à legislação de índole sócio-profissional. ▲

A disciplina militar

Luís Alves de Fraga

Há dias, o ministro da Defesa Nacional declarou, do alto da sua baixa estatura, a vontade de mandar alterar o Regulamento de Disciplina Militar (RDM) de forma a permitir que os tribunais civis não tenham capacidade de intromissão no domínio em causa. Não posso ficar indiferente às afirmações daquele membro do Governo.

Fui dos que discordou da cessação dos Tribunais Militares e do foro castrense, porque sempre achei que a ética dos soldados não é igual à dos restantes cidadãos: não é nem superior nem inferior, mas é diferente! Há crimes que, quando praticados por um militar, são mais graves do que se o tivessem sido por um civil, tal como os há que, por provirem de um homem (ou mulher) fardado, merecem ser julgados com mais indulgência do que quando o seu autor é um paisano. De pouco valeu a minha opinião, porque o Poder político, numa acéfala e invisual ânsia de acabar com diferenças, fez aprovar a legislação que pôs fim à alçada castrense. Acabou, está acabada, porque, desde sempre, se ensinou aos responsáveis pelo comando militar de homens que o serviço de justiça prevalece sobre todo e qualquer outro e que os erros, nesta matéria, são sempre mais

graves do que em qualquer outra. Todo o cidadão que foi oficial miliciano, se não sofrer de amnésia (às vezes conveniente), recordar-se-á de ter aprendido este princípio liminar de comportamento.

O RDM é um código de conduta deontológico e, como tal, deve ser entendido por militares e civis. Nas suas páginas estão plasmados os comportamentos correctos de todos aqueles que envergam a farda de soldados de Portugal. O RDM não deve ser utilizado como «arma de arremesso» dos comandos e, menos ainda, do Poder político contra casos individuais ou colectivos de militares que não se encontram nas boas graças de qualquer um deles.

Ora, o que acontece é que o senhor ministro da Defesa Nacional quer adquirir, outra vez, a impunidade com que o RDM foi utilizado durante o Estado Novo e mesmo, em certos casos, na época subsequente ao «25 de Novembro» quando a hierarquia castrense entendeu necessário afastar ou punir severamente os «revolucionários» militares que se haviam manifestado favoráveis a soluções políticas radicais durante o PREC. Em ambos os tempos aquele instrumento de orientação ética maculou-se, porque foi usado, sem pudor, para castigar não com fundamento justiceiro, mas com intuitos de vingança. É vingança o que o senhor

ministro quer! É vingança contra o direito de cidadãos fardados reclamarem de forma ordeira e ética contra os desvarios do Poder político! É vingativa a atitude das chefias que punem militares por, sem ferirem nenhum articulado do código de conduta ética que os obriga, se manifestarem contra o «colaboracionismo» de quantos deviam defendê-los do ataque dos políticos deste país!

Vingança e medo andam de braço dado. E, de braço dado, caminham as chefias militares e o Poder político.

Senhores Chefes dos Estados-Maiores, se querem dar um notável exemplo aos homens que dizem comandar, demitam-se! Corajosamente, demitam-se! E que os senhores generais que possam ser escolhidos pelo Poder político para os substituírem se recusem a aceitar o cargo de Chefe de Estado-Maior. Essa seria a grande prova de que os generais estão com todos os subordinados. Essa seria uma prova de coragem semelhante à dos sargentos (e à de alguns oficiais, cujos actos têm sido cautelosamente escamoteados do conhecimento público) que os generais não estão dispostos a dar. Se a dessem fariam recuar, de imediato, o Poder político. E o Governo não mandaria para a reserva todos os generais! Podem estar descansados!

Quando os Chefes de Estado-Maior se

acomodam às decisões do Governo provam à saciedade que são meros serventários desse grupo de políticos que nos domina; quando não são capazes de criar solidariedade com todos os generais, garantindo que ninguém aceitaria ser Chefe depois das suas recusas, provam aos subordinados que não sabem liderar e que nem confiança têm nos seus pares. Quando aceitam punir sargentos, cuja coragem ficou demonstrada, provam, sem margem para qualquer dúvida, que não comandam, mas simplesmente mandam. Provam que, de recuo em recuo, estão cada vez mais próximos da vitória pessoal que sempre almejam: estar nas boas graças de meia dúzia de cidadãos que dizem defender os interesses nacionais e que, acima de tudo, se governam e defendem interesses pessoais.

Militar que se preza da farda que enverga, começa por dar o exemplo e, pelo exemplo, sabe conduzir os homens que comanda.

Leiam, senhores generais, a carta que o, somente, major Mouzinho de Albuquerque, Comissário Régio em Moçambique, escreveu ao todo poderoso ministro da Marinha e Ultramar do seu tempo! Leiam-na e tenham vergonha... ou aprendam! ▲

Depoimentos



Ordens Sim Prepotência Não!

Ana Maria Mittermayer Rodrigues
da Rolha Duarte

É do conhecimento geral que as Forças Armadas e ou militarizadas não podem manifestar-se.

Dia 23 de Novembro do corrente mês os militares não se manifestaram, nem se concentraram. Eu vi, não havia palavras de ordem, nem cartazes, estavam muitas pessoas, essencialmente do sexo masculino, passeando e conversando, havia cidadãos fardados, outros vestidos à civil. E vi na TV em dois canais, logo a seguir o Sr. Primeiro-ministro a dizer que iam ser tomadas medidas contra aqueles senhores que tinham ido passear. Voltou a ditadura? São proibidos ajuntamentos?

Não sei se é do conhecimento geral que as Forças Armadas estão a perder regalias. Claro que não são só elas, mas praticamente todo o país. Só que os direitos dos militares não foram conquistados com o 25 de Abril de 74, nem foram reivindicações de partidos ou facções partidárias. Foram regalias conquistadas pelo serviço prestado à Pátria, penso que seja o mesmo Portugal, antes do 25 de Abril. Nessa altura não iam lá para fora porque queriam, nem ganhavam fortunas, pelo contrário muitas vezes era quando estavam a iniciar a vida profissional, que esta era interrompida.

Mas hoje a tropa nem sequer é obrigatória e talvez por isso o Governo pensa que lhes pode tirar tudo ou quase tudo. Mas então os militares passam a fazer 45 horas semanais e fecham-se os quartéis, pelo menos ao domingo. E aconteça o que acontecer quando um militar está de folga ou de férias, nada de chamado.

Mas o que poucas pessoas sabem é que os nossos militares, especialmente os das forças especiais ranger, fuzileiro e comando são dos mais conceituados do mundo. Ficando muitas vezes nos primeiros lugares em provas internacionais. São também elas que mais êxitos têm tido em missões de Paz, por esse mundo fora. Mas não só em missões de Paz, missões que nem sequer são do conhecimento geral, como aquela aqui há uns anos na Guiné-Bissau, para trazer cidadãos portugueses, que lá estavam em perigo, missão essa que foi o êxito ao contrário do que sucedeu à tropa francesa que lá estava. E o que se passa em relação às tropas que estão em Timor? Tudo isto pode ter

pouca importância para o cidadão comum. Mas não quero acreditar que os srs. governantes não percebam a importância que isto tem!

Aliás, parece que da parte de quem governa há um certo gosto em dar pouco valor às nossas Forças Armadas assim como desde o 25 de Abril de 74, há vergonha pela guerra do Ultramar. Parece que é uma página a apagar da História de Portugal. Só que ela faz parte do nosso passado e este é a base do presente que será a base do futuro.

Ficam aqui duas perguntas:

A 1ª é: como vão conseguir convencer os cidadãos a abraçar a carreira militar, tirando todas, ou quase, regalias? Quais são os incentivos? Ou passam a abraçar a carreira militar todos os que tenham poucas habilitações e ou aptidões e por isso não consigam outro emprego?

A 2ª pergunta é: quem realmente fez o 25 de Abril e porquê? Por um acaso não foi uma revolta de capitães devido às diferenças que havia entre os oficiais do quadro e milicianos? Sem ter conhecimento do que se passava o povo saiu à rua e então aconteceu o que todos sabem, não foi assim que as coisas se passaram?

O que aconteceria se os actuais militares ficassem mesmo revoltados com o que lhes estão a fazer? E se a esses se juntassem os ex-combatentes, a quem muito foi prometido e pouco foi cumprido?

Olhem, desculpem a ignorância, mas também foram retiradas as regalias aqueles Srs. que trabalham em São Bento, as ajudas de custo, as casas pagas a quem tem morada fora, os carros e gasolina...? É que penso que se comessem por aí, talvez os militares e civis deste País, pessoas honestas e trabalhadoras, até estivessem dispostas a fazer alguns sacrifícios. Sempre ouvi dizer que o exemplo deve vir de cima.

Para terminar só tenho a dizer que um Senhor, na altura fazendo parte do Governo, foi à Suécia e disse ao 1º Ministro daquele País:

- "Acabámos com os ricos em Portugal."

E obteve como resposta: - "Nós aqui acabámos com os pobres".

Espero que daqui a algum tempo o nosso Sr. 1º Ministro não diga:

- "Só temos pobres em Portugal e não temos Forças Armadas". ▲

Solidariedade com os militares alvo de processos disciplinares

Os presidentes das Assembleias-gerais da AOFA, ANS e APA, reunidos em 21 de Janeiro último, na sede da AOFA, consideram, em comunicado distribuído à comunicação social, que:

"Ao longo dos anos, sucessivos Governos não só não têm resolvido graves problemas que, através das respectivas Direcções, as Associações Profissionais de Militares (APM) vêm apresentando institucionalmente, como também os vêm agravando, não cumprindo o estabelecido em várias dezenas de normativos legais;

E que os restantes Órgãos de Soberania, a que as Direcções das APM recorreram de forma persistente, não conseguiram modificar tão preocupante situação face à descrédibilização que a mesma acarreta para as Instituições Democráticas".

O comunicado refere ainda "que, no que respeita à expressão pública de desencanto e frustração por parte dos militares, por vezes, por vezes eventualmente menos bem compreendidas, se vem apreciando apenas os efeitos ignorando as respectivas causas, o que tem ocasionado que alguns deles se vejam confrontados com a instauração de processos disciplinares".

E termina afirmando: "Os presidentes das Assembleias-Gerais da Associação Nacional de Sargentos, da Associação dos Oficiais das Forças Armadas e da Associação de Praças da Armada exprimem toda a sua solidariedade para com os camaradas que enfrentam tão difíceis momentos e dão o seu apoio às medidas de defesa intransigente dos mesmos, que, dentro da independência e especificidade própria de cada uma das Associações, as respectivas Direcções entenderem por bem protagonizar".

Salienta-se que os presidentes das mesas das Assembleias-Gerais são, respectivamente, os MGEN Martins Rodrigues, SCH Dinis Fonseca e Cabo Mário Silva. ▲

MDN refugia-se no silêncio

António Filipe
Deputado do PCP

A governadora Civil de Lisboa, perante a suspeita de que haveria uma manifestação de militares de que nunca ninguém lhe deu conta, informou as associações de militares de que a manifestação que eles não tinham convocado não estava autorizada por não ter sido convocada com 48 horas de antecedência.

Para além do ridículo desta atitude, que fica com quem a cometeu e com quem a mandou cometer, é preciso que alguém diga à Sra. governadora Civil de Lisboa, que o direito de manifestação é um direito fundamental que decorre directamente da Constituição e cujo respeito deve ser observado por todas as entidades, públicas ou privadas. E que nenhuma lei deste país confere aos governadores civis, ou seja, a que a entidade administrativa for, o direito de proibir manifestações.

Entretanto, o vice-presidente da Associação Nacional de Sargentos foi punido disciplinarmente por declarações públicas feitas em Maio, na qualidade de dirigente associativo, ou seja, por mero delito de opinião cometido em nome da associação de que é dirigente. E foi punido, nem mais nem menos, com uma medida privativa da liberdade aplicada por via administrativa.

Mas pior do que isso: Apesar da sua libertação ter sido determinada por um tribunal, na sequência de um recurso judicial interposto pelo cidadão punido, essa ordem não foi cumprida pelas autoridades militares. E aqui, estamos perante uma ofensa grave ao funcionamento do Estado de Direito.

A Constituição da República no seu artigo 27.º, sob a epígrafe, "Direito à liberdade e à segurança", dispõe que ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de acto punido pela lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança. Uma das excepções a este princípio é a prisão disciplinar imposta a militares, com garantia de recurso para o tribunal competente. Sublinho: Com garantia de recurso para o tribunal competente.

Quando o tribunal competente se pronuncia e manda cessar a aplicação de uma medida administrativa da liberdade, essa decisão não pode deixar de ser cumprida, sob pena de ser posto em causa um princípio basilar do Estado de Direito que é o respeito pelas decisões dos tribunais.

E perante um facto com esta gravidade, o Ministro da Defesa Nacional não pode dizer, como disse, que não tinha nada a dizer. Quando o Ministro da Defesa Nacional se refugia no silêncio perante uma situação destas, perde toda e qualquer autoridade enquanto governante para exigir o cumprimento da lei seja a quem for.

O Ministro da Defesa Nacional, com base em interpretações retorcidas da lei, pronuncia-se publicamente contra a possibilidade da participação dos militares em manifestações e acha que eles devem ser punidos por fazerem declarações públicas em defesa dos seus direitos. Sobre isso, o Sr. Ministro não hesita em pronunciar-se. Mas quando um militar é preso por decisão administrativa, quando um tribunal competente o manda libertar, e quando essa decisão não é cumprida por quem tem o dever indeclinável de a cumprir, o Sr. Ministro acha que não tem de se pronunciar, apesar de tudo se passar sob a sua tutela. É estranha concepção do exercício de funções governativas.

Num Estado de Direito Democrático, o respeito pela lei e pelas decisões dos tribunais é exigível a todos. Não há, nem pode haver, excepções. Não é aceitável, nem em relação aos militares, nem em relação a qualquer categoria de cidadãos, que as leis sejam aplicadas quando são contra si, mas já não sejam aplicadas quando estão a seu favor. É precisamente isso o que está acontecer em relação aos militares. Dois pesos e duas medidas: Quando a lei retira direitos, cumpre-se. Quando a lei confere direitos, não se cumpre.

Isto não é aceitável, e este órgão de soberania, que tem a competência constitucional de vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis, não pode ficar calado como o Ministro da Defesa Nacional. Pela nossa parte não nos calamos.

(intervenção na Assembleia da República) ▲

A Disciplina e as Chefias Militares

Manuel Custódio de Jesus

"A hierarquia militar está preocupada com a crescente intervenção dos tribunais comuns nos actos de disciplina militar e pretendem que seja aberto um debate ao mais alto nível para resolver o que consideram ser 'um assunto de Estado', que atinge as Forças Armadas (FA) numa questão essencial." Expresso, 22 de Fevereiro de 2007.

Sim, é bom e saudável que se faça o debate. As chefias, ao não terem acautelado a retirada, pelos governos, de muitos dos seus poderes, ficaram quase totalmente dependentes de quem as nomeia, tornaram-se comissários políticos, como dizia, ainda há pouco tempo, um general muito mediático.

Assim, é natural que fiquem preocupadas, pois a decisão do tribunal de Sintra tornou claro, para quem ainda tinha dúvidas, que elas há já muito tinham entregado o exercício da disciplina militar aos objectivos das políticas governamentais.

Esta preocupação já tinha aflorado com a decisão do Tribunal de Leiria, sobre o sargento David, mas o Governo lá as conseguiu sossegar, impondo que o interesse público deveria sobrepor-se à decisão do tribunal e conseguiu assim ajudar o Chefe do Estado-Maior da Armada a manter detido, contra a decisão do tribunal, o camarada David, com os 5 dias de detenção que lhe tinha aplicado.

Posteriormente, o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, não tendo em atenção nem o bom senso nem a legalidade, procede como se não houvessem leis nem tribunais em Portugal, prosseguindo a sanha persecutória, (sim, é mesmo esse o nome, pois em pouco mais de um ano, já vai em mais de quatro dezenas de processos disciplinares), e aplica castigos a 10 sargentos, do seu ramo, onde estão incluídos o presidente e vice-presidente da ANS, Lima Coelho e José Pereira, res-

pectivamente.

O tribunal de Sintra, ao dar provimento à providência cautelar interposta pela ANS, de suspender as penas de detenção dos 10 sargentos, pôs de novo em cheque as chefias, pois veio denunciar e esclarecer todos os militares daquilo que as chefias recusaram: por um lado de todo o seu papel na defesa dos direitos dos militares e, por outro lado, que há leis, desde logo a Constituição da República para respeitar. **Não se priva um cidadão da liberdade por uma qualquer razão. Não se priva uma pessoa da liberdade porque alguém acha que um dado comportamento deve ser privado da liberdade.**

O coronel, na reserva, Matos Gomes no artigo do jornal "Público", de 3 de Março, acha que sim, que um Comandante decide e pronto e, à falta de melhores argumentos, falseia e mistura não cumprimento de ordens militares com discricionariedade na aplicação da disciplina. Não percebe e não quer perceber que o tempo em que o militar era sempre militar – no quartel, em casa, no café, na loja dos parafusos, já foi. Repito: JÁ FOI!

Que crimes e actos indisciplinados cometeram estes militares para que lhe sejam aplicados tais castigos? Aqueles que alguém por ser Comandante acha que cometeram? Então agora é assim? Uns acham e punem, outros não acham e coisa e tal... Uns punem porque são comandantes, mas às 18 horas quando deixam as unidades comentam que tudo é uma estupidez, mas que eles, enfim, não podem deixar de... Que grande fantochada e hipocrisia.

Estes 10 últimos sargentos castigados são acusados de, num dia de Outono, passearem no Rossio, num passeio, "passeio do descontentamento", - organizado pela comissão de militares, oficiais, sargentos e praças na reserva e reforma – que tinha como objectivos tornar visíveis o descontentamento existente na Insti-



tuição Militar e chamar a atenção para a existência dos problemas existentes, nomeadamente o Governo ignorar as associações, mentir ao dizer que tudo vai bem, que as leis são para cumprir, sendo ele próprio que não as cumpre, desde logo leis aprovadas por unanimidade na Assembleia da República, etc.

Outros militares, com outros processos ou já castigados é por, no exercício das suas funções associativas, prestarem declarações aos órgãos de comunicação social. Estes são direitos que constam da Constituição, de resoluções do Parlamento Europeu, do Conselho da Europa.

Penso que o Governo, ao usar as chefias militares e estas ao deixarem-se usar através da disciplina militar para fins políticos, agudiza ainda mais os proble-

mas existentes.

Por isso, e já a participar no debate sobre a disciplina militar, solicito ao sr. ministro da Defesa Nacional que: *"do mesmo modo que deu instruções para o levantamento de processos de averiguações com a finalidade de apurar da responsabilidade disciplinar dos participantes militares no passeio referido, ordene a imediata cessação de todos os processos disciplinares levantados e se digne a receber os representantes dos direitos e interesses dos Militares – as Associações Sócioprofissionais dos Militares, de modo a que num clima democrático e de paz social se possam resolver os problemas destes profissionais sempre prontos, ontem, como hoje, ou amanhã, a morrer por Portugal".* ▲

Em Defesa da Condição Militar

O esclarecimento e resolução da actual crise, contudo, pode vir a constituir mais um valioso contributo para se questionar e resolver com rigor e clareza as capacidades de liderança dos chefes militares de todas as patentes, acrescenta a mesma associação em comunicado.

O comunicado surge no dia em que pela 1.ª vez um tribunal civil suspendeu provisoriamente a detenção de um militar a cumprir pena de detenção por ter participado num protesto que ficou conhecido como passeio do descontentamento, a 23 de Novembro.

Segundo os regulamentos disciplinares, os militares não podem manifestar-se, podendo ser alvo de processos accionados pelas chefias militares dos três ramos das Forças Armadas.

O comunicado de hoje da ANS começa por sublinhar que a disciplina militar é um bem militar e uma necessidade organizacional e operacional das Forças Armadas: sem o exercício rigoroso da disciplina, o seu funcionamento ficaria limitado. A disciplina militar é um instrumento operacional de regulação interna que tem em vista salvaguardar os Valores Militares. A disciplina tem um campo de aplicação próprio, que não passa, nem pode passar, por utilizações indevidas, persecutórias, impedindo o associa-

tivismo socioprofissional de ocupar o seu espaço de acção, e cumprir a sua missão em defesa da Condição e da Família militares; também não pode servir para esconder debilidades de liderança, de formação e instrução do pessoal e na gestão dos recursos humanos.

Para os signatários, há um ano que o associativismo socioprofissional em geral, e a ANS em particular, têm estado sob uma intensa campanha persecutória que visa levar os militares a desistirem de defender os escassos direitos adquiridos em função da sua Condição Militar.

No entender da ANS, essa campanha visa também dar espaço e pretexto ao Governo para poder alterar as leis da República que não cumpre, prosseguir a descreditação dos militares e da própria instituição militar, para reduzir o espaço dos direitos constitucionais e socioprofissionais em que se funda a actividade associativa.

Referem-se depois as suspensões dos castigos a militares, comentando depois a ANS: Curiosamente, os protagonistas de mais esta campanha conhecem bem todo este percurso e que o que está em causa não é a disciplina, nem a competência disciplinar dos chefes militares mas sim os direitos fundamentais à defesa e serem considerados inocentes até que os processos estejam definitiva-

mente concluídos.

Também sabem, adianta o documento, que ao invés, o que está em causa nasce de uma visão de gestão dos recursos humanos e um estilo de liderança desactualizados por parte das chefias militares; umas vezes escondendo debilidades de liderança e de preparação técnica, outras em espúria sintonia com os objectivos políticos dos detentores do poder em cada momento. Resultando sempre em prejuízo dos militares e das Forças Armadas.

A Associação diz estar consciente do papel do associativismo, ocupando o espaço que o poder político retirou aos chefes militares impedindo-os de exercer o Dever de Tutela com eficácia e remetendo-os para o papel de amortecedor de tensões entre os Governos, que reiteradamente não cumprem 40 diplomas legais, acumulando por via desse incumprimento uma dívida que já ascende a mais de mil milhões de euros, e os militares credores do Estado.

O espaço estritamente militar e operacional cabe por inteiro aos chefes militares e aos seus estados-maiores. São espaços distintos, que só devido ao uso promíscuo, indiscriminado e abusivo da disciplina militar podem ocasionar conflitos de todo evitáveis e indesejáveis.

Contudo, no entender da Associação,

a crise provocada poderá ser, no seu esclarecimento e resolução, mais um valioso contributo para se questionar e resolver com rigor e clareza as capacidades de liderança dos chefes militares de todas as patentes.

Desejamos que seja uma oportunidade de aprendizagem, para ultrapassarmos colectivamente debilidades e avançarmos para um novo patamar do exercício da profissão militar mais consentâneo com as directivas dos Conselho e Parlamento Europeus, e com a prática instituída há muitas décadas noutros países nossos parceiros na Europa e na NATO, dizem os sargentos.

Aqueles militares afirmam querer salvaguardar a disciplina e a coesão militares num novo estágio em que o exercício do associativismo e da cidadania seja em si mesmo um factor de valorização e qualificação dos militares, para melhor cumprirem com as novas missões humanitárias e de manutenção da paz internacionais. Também por isso, não abdicaremos de exercer os direitos constitucionais e fundamentais, nem de usufruir dos escassos direitos que as leis nos conferem por virtude dos especiais e onerosos deveres impostos pela Condição Militar, conclui a ANS.

(do comunicado 4/2007 da ANS) ▲

Depoimentos

O CERCO APERTA-SE

Eduardo Silvestre dos Santos
TenGeneral PILAV Res

Não há dúvida! O cerco aperta-se, sistemática, planeada, inexoravelmente! Os responsáveis deste País continuam a dar passos seguros no seu objectivo de reduzirem as Forças Armadas a mais uma mera extensão amorfa do funcionalismo público, que possa manipular a seu belo prazer. Em 2006, para além das medidas perversas no sistema de saúde, atentatórias do EMFAR, iniciadas já em 2005, aconteceram:

■ A interpretação distorcida dos direitos de associação e reunião, concedidos pela Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, mas deliberadamente não regulamentada até à presente data;

■ Em virtude dessa não regulamentação, a utilização abusiva e insensata do RDM pelos Chefes Militares em matérias directamente ligadas ao estatuto dos dirigentes associativos, deixadas propositalmente na penumbra do "vago específico" que interessa aos governantes;

■ Uma campanha de intoxicação da opinião pública que faz lembrar tempos passados, através dos OCS, visando a diabolização dos militares que lutam pelos seus direitos, expressos em vários documentos legais, mas que lhes são negados pelas ilegalidades, omissões, condutas lesivas, falta de actuação legislativa, etc. dos vários Órgãos de Soberania e Chefias Militares.

Desde o princípio do ano temos continuado a assistir a mais um conjunto de medidas tendentes a afrontar as Forças Armadas. Tudo começou quando, em mais uma campanha de intoxicação dos OCS, se quis responsabilizar as Forças Armadas (neste caso específico, a Marinha e a Força Aérea) por um trágico acidente de pesca, ao mesmo tempo que tudo se fez para escamotear a verdade e esconder os verdadeiros responsáveis, aqueles que não cumpriram as leis, as normas de segurança e os procedimentos estabelecidos. Em todo este processo, tristemente, não se ouviu uma única vez ao Sr. Ministro da Defesa Nacional uma só palavra pública esclarecedora da verdade dos factos, em defesa da Instituição Militar.

Posteriormente surgiu a notícia da venda da parte nova da Messe Militar de Lagos, localizada frente à Marina e junto à estação ferroviária. É composta por rés-do-chão, 1.º e 2.º andares, cada um com uma área coberta de 1100 m² e uma

área descoberta de 600 m², e surgem já no ar constantes rumores sobre o Parque de Campismo a ela associado. Vai ser alienado também o complexo frigorífico do Carregado, que servia de reserva de sobrevivência do país. Que grande negócio, de facto, partindo do princípio que, como de costume, nada caberá às Forças Armadas nem ao fundo de pensões.

O mais grave, porém, é que parece não restarem hoje dúvidas de que a ideia partiu de um alto responsável militar, que até foi recentemente escolhido para um cargo ainda superior, para aligeirar as dívidas da Manutenção Militar! Até agora julgava que os Chefes Militares não vinham cumprindo as suas responsabilidades, por omissão, no que respeita ao Art. 11.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, "Estatuto dos Militares das Forças Armadas", que estipula que "constitui dever do militar zelar pelos interesses dos seus subordinados e dar conhecimento, através da via hierárquica, dos problemas de que tenha conhecimento e àqueles digam respeito". Agora, já não é apenas por omissão! É por acção directa e activa que o fazem.

Em 28 de Janeiro, o "Correio da Manhã" publicou uma notícia sobre a reestruturação de carreiras e remunerações dos militares, onde o articulista comete um erro de palmatória (um aumento de quase 50%) sobre o cálculo de um vencimento-base. Pouco cuidado ou uma preparação prévia para o que aí virá? Não interessa, para quê o rigor, o povo "engole" tudo o que lhe quiserem impingir!

No meio deste pantanal de acções e intenções com a finalidade última de ultrajarem e humilharem as Forças Armadas, surgiu um oásis: a entrevista concedida pelo General Ramalho Eanes ao semanário "Expresso" em 27 de Janeiro. Nela, o ex-Presidente da República deixa bem claro que "na sociedade portuguesa há um certo preconceito contra os militares", citando Eduardo Lourenço e Natália Correia, que se agravou depois do 25 de Abril, "basta ver o que se passa com a Instituição Militar agora e o tratamento dado aos militares", e que o poder político tem, de alguma maneira, desprezado os militares. "A população portuguesa, hoje, não sente que haja uma ameaça externa ao País (...) Como não sente nenhuma ameaça externa, ela tem uma certa dificuldade em perceber a necessidade das Forças Armadas. Como a população não sente essa necessidade, mas o Estado sente, levanta-se uma certa contradição. A que o Estado responde retirando visi-



bilidade às FA e determinadas condições. Ora, o Estado devia dizer claramente para que quer as FA, qual a sua finalidade. E discutir com a população esse grande propósito - inclusivamente através de uma consulta popular."

Apesar de dizer que não está de acordo com as atitudes de protesto dos militares, afirma, no entanto, que elas revelam um "sentimento de mal-estar", e acrescenta: "Quando um comando anda à frente das reivindicações razoáveis das Forças Armadas, a instituição militar não se manifesta. Quando isso não acontece, a instituição militar obviamente que se manifesta. E um comando só pode andar à frente das reivindicações reais se tiver o amparo oportuno do poder político." Lapidar!

Estas afirmações, vindas de alguém tão idóneo, coerente e vertical como o General Ramalho Eanes, uma das grandes referências nacionais da actualidade, definem clara e inequivocamente a situação. Os Órgãos de Soberania não podem - é uma vergonha que o façam - ter um discurso altamente elogioso e dignificante na partida de contingentes militares para tomarem parte em operações de manutenção de paz, onde vão ser um instrumento primordial da política externa do Estado, e outro discurso, diametralmente oposto, miserabilista e indigno, para consumo interno. Pura e simplesmente, não se podem ter Forças Armadas viradas para o século XXI com decisões de gestão política retrógradas e a roçar o autoritarismo e a impunidade.

Entretanto, teve-se conhecimento, através da imprensa escrita espanhola, que no país vizinho os militares, que tinham

já vencimentos muito superiores aos nossos, vão ser aumentados em média 18,6% no período 2006-2008, consignando uma verba que ronda os 450 milhões de Euros! Esta melhoria de condições foi fundamentada pelo Ministério da Defesa "na natureza e importância da sua missão, nas condições em que se desenrolam, que implicam uma notável sobrecarga física e risco pessoal, na sua disponibilidade permanente para o serviço, e também pela mobilidade geográfica ao longo da carreira, que impõe restrições à sua vida pessoal e à de suas famílias". Espantoso! Se não fosse tão vergonhosa e humilhantemente triste, quase que dava vontade de sorrir. Dá todavia vontade de verificar a diferença abissal que existe entre um país que preza, dignifica e respeita as suas Forças Armadas, e outro que as vota ao ostracismo e considera os seus membros como cidadãos de segunda, apenas "carne para canhão"!

Dezenas de milhar de portugueses ex-combatentes continuam a relembrar com saudade e espírito de corpo o tempo que passaram nas Forças Armadas, a maioria deles arriscando a vida. Nesse sentido vão promovendo reuniões e confraternizações periódicas. A grande maioria deles tem hoje entre 50 e 65 anos e quando esta geração, que é a minha, desaparecer, a sociedade portuguesa deixa de ter uma referência e uma memória concretas das suas Forças Armadas. Em breve, os próprios Chefes Militares deixarão de ter uma experiência pessoal de operações reais e uma vivência de comando em combate, e os quadros intermédios não saberão já o que foi e o que significou o "25 de Abril". ▲

O FÓRUM DOS PAPAGAIOS

No final de um dia de Dezembro, em que os sentimentos de indignação e alegria se misturavam - indignação pelo não respeito da decisão do Tribunal de Leiria por parte da Chefia da Armada, alegria por ter assistido ao regresso à liberdade do Vice-Presidente da ANS David Pereira, após ter cumprido o castigo disciplinar - chego a casa e, como quase sempre, sento-me no sofá em frente ao televisor, procurando actualizar as notícias do dia antes de me deitar.

Deparo-me, então, com uma conversa entre quatro personagens coordenada por uma quinta que de quando em vez marcava o tom. A conversa versava sobre associativismo nas Forças Armadas, pelo que teve o condão de me pren-

der expectante ao seu desenrolar. Era suposto tratar-se de um debate entre personagens pró e contra o tema proposto (dizia eu, era suposto), mas não, estavam todos de acordo, falavam sobre o que não sabiam, mas falavam...

O chorrilho de asneiras era tanto, o tom provocatório era tal, que mais parecia um Santo Ofício da antiga Inquisição. Nem queria acreditar, fiz um esforço para tentar compreender, para tentar definir quem eram e o que movia aquelas cinco personagens. Já quase no fim descansei, ao concluir tratar-se dum fórum de papagaios, exactamente, das aves pertencentes à ordem dos Psittaciformes, família Psittacidae, daqueles capazes de imitar sons, inclusive a fala humana.



Lá estavam: o Papagaio da Patagónia (Caynoniseus patagonus) do género Caynoniseus, mais conhecido por "papagaio louro"; o papagaio de Santa Lúcia (amazona versicolor) do género Amazona; o papagaio-de-cara-azul (Cyclopsitta diophthalma coxeni), ave que se julgava

extinta há 130 anos e que recentemente foi encontrada na Austrália e por cá, pelos vistos, também; o papagaio cinzento (Psittacus erithacus), é um papagaio de plumagem predominantemente cinzenta e cauda vermelha sendo simpático, inteligente e muito conversador, ideal para credibilizar conversas várias, tem um senão, este tipo de papagaio, é o de não adoptar necessariamente o dono que o escolheu, isto é, não conhecem o dono; e por último, altaneira, com ares de quem tudo sabe, impondo o tom corrosivo a JANDAIA da família das Psittacidae.

Acabei por dormir descansado!

José Félix
Ornitólogo ▲

Sampaio apela ao diálogo entre Governo e militares

Para Jorge Sampaio, o Presidente da República já devia ter-se pronunciado sobre o clima de agitação nas Forças Armadas. Em causa a crispação entre as chefias e os militares, agudizada depois do passeio do descontentamento que levou à punição dos efectivos que participaram na marcha silenciosa pelas ruas de Lisboa.

O antigo inquilino do palácio de Belém defende que há necessidade de disciplina nas Forças Armadas, sem perder o diálogo, e salienta que Cavaco Silva tem de «manifestar a sua opinião».

Jorge Sampaio avisa que, «dentro da disciplina militar, que tem de ser absolutamente mantida, não se deve perder o diálogo com os representantes das associações militares».

Depois de vários militares castigados por terem marcado presença no passeio do descontentamento terem recorrido à justiça civil para que fossem suspensas as punições.

O Ministério da Defesa está a equacionar uma alteração ao Regulamento de Disciplina Militar para travar que aconteçam situações idênticas.

No final, disse que o PR tem de apoiar sempre as chefias militares, mesmo que saiba que vem aí uma lei que lhes tira o tapete. E advogou que aqueles deveriam ter reclamado melhores salários. «Estão a pagar por não terem protestado». Porque «há órgãos de soberania que tiveram aumentos salariais mais elevados que as Forças Armadas».

Jorge Sampaio falava na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde o ex-Presidente da República foi, temporariamente, professor de Sistemas Políticos. ▲

(extractos de notícia publicada na imprensa de 16/03/07)



Amor, não fiques triste...

O tempo chuvoso e sombrio que se fez sentir por aqueles dias, solidizou-se com a família militar e abrandou consideravelmente a sua actividade durante duas preciosas horas, permitindo, assim, que o «Passeio do Descontentamento» atingisse grande parte dos objectivos a que se propunha.

Desta feita, a baixa lisboeta não se encheu com o colorido garboso das fardas dos militares dos 3 ramos das Forças Armadas, mas a culpa pertenceu inteiramente aos mais altos responsáveis governamentais que, nas vésperas do evento, se desmultiplicaram em ameaças e promessas de processos disciplinares diversos, numa atitude que fez (re)lembrar os (tristes) tempos das actividades pidescas.

Contudo, o que é curioso é que foram precisamente os militares aqueles que mais contribuíram para pôr fim a esse tipo de actividades violadoras da dignidade, liberdade e integridade física dos cidadãos portugueses.

De facto, pensava-se que os militares de Abril tinham aberto as portas à Democracia, mas mais uma vez se comprova que a democracia em Portugal ainda se escreve com *d* minúsculo, isto é, os seus mais directos praticantes - a esmagadora maioria da nossa classe política - tomam atitudes arrogantes e (muito) pouco sérias, que se assemelham mais às atitudes das crianças birrentas, do que ao comportamento de pessoas com grandes responsabilidades.

Para além do mais, (alguma) da nossa opinião publicada, sobretudo aquela que é mais afectada aos tons cor-de-rosa, tem estranhamente medo das "armas" que os militares supostamente têm, admitindo e difundindo, absurdamente, a possibilidade de "estar em marcha" (mais) um golpe de estado, como se esse desmando fosse possível e passasse, sequer, pela cabeça de algum?!...

Depois, e na ausência de argumentos suficientemente válidos para contrariar as razões que, indiscutivelmente, assistem às associações sócio-profissionais de militares, a mesma opinião publicada e (parte)

das chefias militares fazem, propositadamente, confundir os conceitos de Justiça e Lei.

Ora, segundo a doutrina, a primeira não pode e nem deve ser confundida com a segunda, pois a Justiça é um valor supremo, enquanto que a Lei é, reconhecida pela ciência política, gerada e instrumentalizada pelos homens que ocupam os lugares cimeiros da hierarquia do poder, que, nesta condição, a moldam convenientemente para que a mesma sirva os seus interesses.

Esquecem, porém, estes *opinion makers*, que todos nós - cidadãos - já percebemos que estas "ideias iluminadas" visam enganar a opinião do cidadão comum com a absurda criminalização e enxovalho público de quem ousa lutar pelo cumprimento daquilo que é mais justo.

"Trajando" maioritariamente à civil (receosos, portanto, da retaliação por parte daqueles que administram hipocritamente a disciplina militar), centenas de homens venceram as inúmeras condições adversas que os falsos moralistas procuraram, a todo o custo, impor, e concentraram-se massivamente no Rossio para dar início ao passeio que objectivava demonstrar o que lhes ia (e vai!) na alma.

Ao certo, não sei se este (novo) «Passeio» virá a figurar, em lugar de destaque, nos principais anais da história do associativismo militar português, mas mais uma vez ficou bem demonstrado que o futuro (que anda a ser, infelizmente, assombrado por um presente repleto de inúmeras vagas de incumprimentos, cortes e razias nos mais básicos direitos adquiridos dos militares), pode estar nas mãos daqueles que têm a coragem de lutar por aquilo que é seu por direito, isto, claro está, se os mais altos responsáveis pela Nação cumprissem a mesma Lei que, de repente, começaram a exigir que os outros cumpram (só os outros, entenda-se!).

Quanto a mim, ausente, há algum tempo, destas "andanças", muito por

culpa da alteração da minha situação profissional (deixei de ser militar), nem mesmo uma noite de intensa chuva foi mais forte que o apelo de um grande amigo para comparecer, igualmente, no referido «Passeio».

"Peguei", então, na minha mulher (também ela solidária com esta causa) e rumei à baixa lisboeta, via metro, com o simples intuito de dar um abraço de solidariedade aos companheiros de outrora... aqueles que Theodore Roosevelt tão bem retrata quando disse que «A honra há-de ser para quem permanece na arena com o rosto manchado de terra, suor e sangue, combatendo com ânimo, e ainda que cometa um erro, volta à carga uma e outra vez, porque não há esforço sem erros e falhas».

Apelos e amizades à parte, não sei, contudo, se o que me levou verdadeiramente à baixa não foram antes as (boas) memórias que, felizmente, não desaparece(ra)m das lutas e dos combates antigos que também eu travei e ajudei a escrever, esperando, naturalmente, que a história faça a gentileza de não os riscar das suas páginas; ou se terei sido movido, tão simplesmente, pelos amigos de ontem (e também de hoje!) que estavam corajosamente presentes no referido passeio; ou se por um sentido de dever antigo (e actual, porque não?), que a consciência manda continuar a cumprir porque o mesmo é inteiramente justo; ou se pela solidariedade que não desaparece e teimosamente perdura, porque o passado é de orgulho e esta gente que luta por aquilo que acredita merecerá sempre a minha mais profunda admiração e respeito; ou se por uma réstia de companheirismo, que a actual distância física já não permite que seja muito grande, mas que se mantém eternamente acesa, porque há coisas que o tempo não pode e não deve apagar; ou se por uma despedida que efectivamente nunca aconteceu, e nem sei se acontecerá, porque aquela pode já não ser a minha luta de hoje, mas é um pedaço (enorme!) de mim que ali permanece orgulhosa-

mente; ou se falaram mais alto os momentos vividos em algumas noites de estrada a visitar e ouvir os camaradas de outras partes mais longínquas do país (todas elas em nome de um valor ou de ideal que permanece tremendamente actual); ou, sei lá ... se em nome, talvez, de tantas outras coisas que as palavras e a inspiração do momento nem sempre chega para relatar ou descrever com o colorido e a justiça que a situação exige, enfim, se toda uma panóplia de acontecimentos que me ajudaram a crescer e a construir o homem que hoje sou.

Cumprido, enfim, o (rápido) abraço de solidariedade e encetada, sem grandes demoras, a viagem de regresso, o tempo pareceu parar de repente no metro em que me deslocava, para só dar novamente por mim algum tempo mais tarde, quando a minha mulher atirou certa: «amor, não fiques triste...»

É certo que, num primeiro momento, a frase não deixou de soar de forma estranha, mas depressa compreendi que a minha mulher, bem melhor que eu, soubera interpretar o que me ia na alma, ou seja, ao rever todo um conjunto de acontecimentos em que marquei presença, o quanto me estava a custar deixar para trás uma parte muito significativa da minha história, uma parte muito grande do meu ser e, sobretudo, os amigos que tanto ajudaram a construir tudo isto.

Sentindo, então, que já pouco mais posso fazer por esta(s) causa(s), decidi, em honra de todos aqueles que lutam por ela(s), escrever estas palavras que, apesar de bem intencionadas, não lhes fazem, porém, suficiente justiça. E, porque a vida continua a ser feita de encontros e desencontros, vou deixar uma vez mais as despedidas para uma outra altura e dizer simplesmente:

Até qualquer dia, camaradas!...

João P. Felício
Ex-militar ▲

António Lima Coelho
Presidente da Direcção da ANS

Mais uma vez estamos reunidos nesta casa para comemorar o 31 de Janeiro de 1891, quando, na Revolta do Porto, os nossos camaradas elevaram bem alto o nome dos Sargentos de Portugal ao lutarem pela dignidade da Pátria portuguesa, defendendo os ideais republicanos.

É porque o seu exemplo perdura nos tempos, que neste centésimo décimo sexto aniversário, aqui estamos nós a reafirmar os valores patrióticos, democráticos e de liberdade que então motivaram os revoltosos.

Conosco estiveram os camaradas do Afeganistão, Beja, Braga, Bósnia, Castelo Branco, Chaves, Espinho, Funchal, Ponta Delgada, Porto, Vila Real/Lamego e Vi-seu. Estão ainda previstas comemorações no Entroncamento, Fóia, Tavira, e encerra em Angra do Heroísmo no próximo dia 10.

Convidamos todos a reflectirem sobre estes dados e questionamos: quantas organizações associativas no nosso País conseguem promover iniciativas que cubram o todo nacional durante duas semanas consecutivas?

E convidamos a que nessa reflexão ponderem também o facto de todo o trabalho de comunicação, divulgação, mobilização, organização e execução ser feito por camaradas, Sargentos que se encontram no activo, sem quaisquer dispensa de serviço nem direitos de dirigente associativo reconhecidos. Para os deslocamentos pelo País, alguns de nós tiveram de utilizar as suas férias anuais em claro prejuízo das suas famílias.

Se hoje, aqui, recordamos estes aspectos e dados, é porque sentimos o dever de o fazer, atendendo ao modo como este mandato se iniciou. Como todos nos recordamos este mandato iniciou-se na sequência de eleições extraordinárias convocadas no quadro estatutário, por demissão voluntária de mais de dois terços dos membros dos Órgãos Sociais.

Na altura, os detractores da lista que se apresentou a sufrágio, em vez de terem utilizado o mecanismo estatutário para submeterem ao veredicto dos sócios o seu projecto associativo, resolveram diligenciar e ameaçar os camaradas que aceitaram formar lista, com um projecto que mereceu o voto favorável da maioria dos votantes, nas eleições mais concorridas dos últimos anos.

Nesse processo eleitoral, primeiro afirmaram que nem conseguiríamos constituir lista. Depois disseram que na nossa Associação não ficaria pedra sobre pedra. Também por isso, é importante, hoje, aqui, quando nos submetemos novamente a sufrágio com o nosso projecto associativo, sem que outros sócios tenham apresentado lista e projectos concorrentes, fazer um balanço do mandato que terminará com a tomada de posse dos Órgãos Sociais hoje eleitos.

O início do mandato coincidiu com o período em que a comissão Constâncio, nomeada pelo XVII Governo, estava a produzir o relatório que originou o famigerado Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), consubstanciada no famoso Comunicado do Conselho de Ministros de 2 de Junho de 2005, cujas consequências alertámos logo nesse momento.

Decidimos então, como ficou expresso em documentos oficiais, que não deveríamos ceder nem um passo relativamente aos direitos adquiridos e que tudo faríamos para que esse objectivo fosse atingido. Também definimos esse período assim: "Estamos novamente num pro-



Comemoração do 117.º Aniversário do 31 de Janeiro, na Voz do Operário, Lisboa

31 DE JANEIRO - DIA NACIONAL DO SARGENTO

FIRMES E UNIDOS

Estamos novamente num processo complexo, difícil, que se prevê longo, de batalhas duras, lutando pela salvaguarda da única coisa que os militares dispõem e que os diferencia de todos os restantes cidadãos nacionais constituindo a essência da sua razão de ser seguindo um exigente Código de Honra: a Condição Militar.

cesso complexo, difícil, que se prevê longo, de batalhas duras, lutando pela salvaguarda da única coisa que os militares dispõem e que os diferencia de todos os restantes cidadãos nacionais constituindo a essência da sua razão de ser seguindo um exigente Código de Honra: a Condição Militar."

Tal como prevíamos esse processo ainda não se esgotou, nem diminuiu a sua complexidade e prevê-se, até que se complice face às medidas que se prevêem. É também por isso que importa hoje sairmos daqui mais reforçados e unidos do que nunca, relevando daí, simbolicamente, a importância destas comemorações do Dia Nacional do Sargento.

É certo que, não obstante todo o esforço e sacrifício que empregámos, não conseguimos deter todas as frentes do maior e mais vil ataque conhecido aos parcos direitos conquistado pelos militares em face dos especiais deveres inerentes à sua Condição Militar.

Porém também sabemos por experiência própria que as leis injustas não são perenes, e, que, com luta abnegada pela justiça, mais cedo ou mais tarde elas acabarão por sucumbir. E nós, Sargentos de Portugal, não somos homens de virar a cara à luta e aceitar a injustiça e a iniquidade como dados adquiridos e irrevogáveis.

Na sua intervenção, o camarada José Pereira (pág. 12), traçou uma imagem do que conseguimos impedir na degradação dos direitos adquiridos, para os militares e suas famílias. Cabe chamar a atenção que mesmo as situações onde não con-

seguimos impedir o recuo, como a vida nos mostra, são direitos que poderemos recuperar amanhã numa outra conjuntura política. Unidos e determinados, em torno da nossa associação, certamente tudo faremos para que tal aconteça. O nosso objectivo inicial, por esta via, continua actual.

Não foi fácil este mandato! No período considerado, em cooperação com outras associações socioprofissionais de militares ou sozinhos, levámos a cabo: 74 acções de luta; 43 reuniões com delegados e sócios em todos o País; 33 reuniões conjuntas com outras associações e entidades; fomos convidados e participámos em 29 cerimónias oficiais; fomos convocados ou convidados e participámos em 27 audiências com entidades oficiais, desde da Casa Militar da Presidência da República até candidatos presidenciais, passando pelo MDN e Chefes militares; participámos e demos contributos escritos em 12 reuniões de Grupos de Trabalho da ADM e da Reestruturação das Carreiras dos Militares das Forças Armadas; promovemos 12 Conferências de Imprensa; participamos em 8 reuniões Internacionais e em 6 Seminários alguns dos quais no IDN.

São números que correspondem a factos concretos que promovemos e participámos em defesa da Condição Militar e dos interesses dos Sargentos de Portugal.

Toda esta acção teve como resposta da parte do Primeiro-ministro e do seu Governo 45 processos disciplinares que recaíram sobre dirigentes, delegados e ou-

tros camaradas que ousaram lutar em defesa da Condição Militar. Estes processos originaram alguns castigos que estão em diversas fases da tramitação de defesa e contencioso. Outros, mais recentes, associados ao Passeio do Nosso Descontentamento, ainda estão em fase instrutória.

Esta deriva repressiva e persecutória do Governo mereceu da nossa parte respostas que se materializaram em iniciativas de solidariedade. De entre as quais realçamos pela sua oportunidade e importância estratégica o Fundo de Solidariedade para o qual apelamos a continuação da entrega de donativos. Sem este fundo seria impossível fazer face pelas associações socioprofissionais às despesas inerentes à defesa dos camaradas atingidos. Em relação aos quais importa dizer algumas palavras.

A primeira é de gratidão pela forma corajosa e empenhada com que participaram e continuaram a participar nas iniciativas de luta em defesa da Condição Militar.

A segunda tem a ver com a incongruência dos processos e da vaga repressiva. Os visados, na sua maioria, são homens com excelentes folhas de serviço, alguns com louvores e condecorações nacionais e internacionais, avaliações de mérito acima da média, que nunca cometeram qualquer falta disciplinar.

A razão desta vaga repressiva, camaradas, visa amedrontar e acabar com a resistência que temos encetado em defesa da Condição Militar, com processos de intencões que nada têm a ver com ofen-



cios, actualização da base de dados e do arquivo de documentos em papel.

Quanto ao funcionamento interno da Direcção e dos Órgãos Sociais, adoptámos algumas alterações ao modelo que vinha sendo seguido. Por exemplo, as delegações oficiais passaram a ter uma composição variável, fazendo, sempre que possível rodar outros camaradas para além dos membros da presidência.

Esta medida teve como consequências positivas permitir a formação e preparação de outros camaradas mais jovens e menos preparados nas andanças associativas, de modo a conseguirmos uma transição pacífica com a saída dos dirigentes mais velhos.

Incrementámos a comunicação com os sócios e as unidades através dos novos meios de comunicação: Internet e telemóvel. Produzimos neste espaço de tempo quase uma centena de comunicados, boletins, memorandos e outros documentos informativos que reproduzimos em muitos milhares. Elaborámos e distribuímos à população, nas estações dos transportes públicos, documentos de informação para esclarecer aquilo que o Governo confundiu.

Aumentámos o Património dos Sargentos de Portugal adquirindo o 1º andar do nosso edifício sede. Adquirimos uma duplicadora a frio que nos permite economizar na reprodução de documentos e aumentar a rapidez com que esta operação é feita, libertando-nos para outras tarefas.

Como já salientámos atrás, a acção em defesa da Condição Militar foi conseguida em estreita colaboração com as outras associações socioprofissionais, num exercício nem sempre fácil, por vezes mesmo muito difícil, mas que se revelou necessário. Relacionamento que procuraremos prosseguir e, onde for possível, sem prejuízo da nossa actividade e agenda próprias, reforçar.

Outra frente que se tem revelado importante é a frente internacional. Reforçámos a nossa ligação às nossas congéneres particularmente da Irlanda, PDFORRA e em Espanha com a nova AUME que conta com associados no activo das três categorias. Mantivemos a participação na direcção da EUROMIL para a qual fomos reeleitos, desta feita a ANS, já fora do âmbito do Convénio que entretanto se tinha extinguido.

Nesta frente temos defendido com êxito uma alteração à atitude e ao funcionamento desta estrutura associativa internacional, no sentido de lhe dar um maior pendor interventivo na defesa dos direitos dos militares europeus. Em Maio iremos participar na delegação da EUROMIL na Assembleia Parlamentar da NATO. Também ali procuraremos defender a Condição Militar.

Por tudo isto a ANS revelou-se e assume-se como o único e mais eficaz instrumento de defesa da Condição Militar e dos direitos e interesses socioprofissionais dos Sargentos de Portugal e das suas famílias.

Tem um papel insubstituível!

Em nome do colectivo que hoje elegemos para dirigir os destinos da nossa associação, quero reiterar o compromisso de tudo fazermos para defender o património legal que ao longo da nossa vida associativa temos sabido construir.

E continuaremos a fazê-lo dentro do espírito da CULTURA ANS, que a vida demonstrou não ser apenas um chavão, mas antes uma atitude e forma de estar na vida associativa.

Honraremos o nosso passado, dignificaremos o nosso futuro!

(Intervenção na Voz do Operário) ▲

Comemorações do "31 de Janeiro de 1891"

Há 116 anos estava criado um ambiente que, em protesto contra a humilhação do "ultimatum" inglês e a submissão da monarquia portuguesa, levou à convicção de que só a República poderia defender a dignidade nacional ultrajada e restituir ao povo português a sua soberania, isto é: a sua independência e a sua liberdade.

É neste quadro de Dignidade Nacional profundamente abalada que, na madrugada chuvosa do dia 31 de Janeiro de 1891, no quartel de Caçadores 9, no Porto, se gritava "Viva a República!"

O nosso camarada Abílio juntava os homens que tinham secundado o seu grito e, após essa acção, comovidamente perfilado perante o seu comandante, convidava-o a assumir o comando. Resultado: - O Comandante ficou, ele saiu. Estava irreversivelmente iniciada a revolta que chegou a proclamar uma efémera República e a ter composto o seu Ministério sob a forma de "Governo Provisório".

Pela primeira vez era içada a bandeira verde-rubra, no mastro da Câmara Municipal do Porto. Pela primeira vez neste País, dando realce às manifestações entusiásticas das populações, cantou-se "A Portuguesa".

A coragem, a dignidade, o amor à Pátria, que os nossos camaradas tão alto souberam elevar naquele dia, foram contudo, derrotadas! Muitos foram presos, outros deportados, alguns morreram! "A Portuguesa" foi proibida, o jornal "O Sargento" encerrado mas, contudo... VALEU A PENA!

São estes valores – coragem, dignidade e amor à Pátria – que nós, Sargentos de Portugal, todos os anos comemoramos e por isso elegemos o dia 31 de Janeiro como o DIA NACIONAL DO SARGENTO.

Infelizmente, e apesar de todas as iniciativas tendentes a levar ao seu reconhecimento institucional, tal ainda não aconteceu.

Mas os Sargentos de Portugal, como a História bem demonstra, não são gente de desistir dos seus propósitos. Saberemos resistir a todas as manobras dilatórias lançadas sobre nós e sobre outros grupos de cidadãos, que como nós, ousam levantar a voz em protesto contra a falta de respeito, contra o ataque aos direitos fundamentais de cidadania consagrados na Constituição da República Portuguesa, contra a habilidosa manobra de tentar colocar portugueses contra portugueses, contra a repetida e estafada argumentação de que tudo o que se faz que desagrade a certo poder "põe em causa a coesão e a disciplina das Forças Armadas"; argumentação que nos leva a viver um ambiente de algo já visto, um estranho cenário de que a história se repete...

A este propósito, e porque a oportunidade assim o sugere, permitam-me citar o Vice-Almirante Manuel Pereira Crespo, que foi ministro de Marcelo Caetano, num excerto do seu livro, "Porque perdemos a guerra":

"Assim aconteceu, por exemplo, em princípios de 1969, quando, numa actualização geral dos vencimentos, os sargentos se consideraram injustamente tratados. Falou-se, então, numa marcha silenciosa de sargentos, todos fardados, do Parque Eduardo VII à Praça do Comércio, que não chegou a realizar-se. Choveram, depois, nos gabinetes dos ministros militares, os requerimentos dos sargentos, em que eram expostas as precárias condições em que viviam. Eram requerimentos individuais, como determinam os regulamentos, embora redigidos de maneira igual.

Fui então avisado de que esse descontentamento dos sargentos estava a ser aproveitado para fins políticos, no sentido de quebrar a disciplina e a coesão das Forças Armadas, e afectar, assim, a condução da guerra.

Mas a politização deste movimento não se verificou. É que os sargentos, homens com experiência da vida, disciplinados e disciplinadores por natureza, gostando da carreira das Armas, na sua esmagadora maioria apenas estavam interessados em melhorar a sua situação material. Situação que era, na realidade, muito má, pela escassez dos vencimentos e pela inexistência de regalias, designadamente no domínio da habitação, que atenuassem essa insuficiência.

A classe dos sargentos, que sempre desempenhou papel fundamental nas hierarquias militares, quase sempre tratada de maneira iníqua pelo anterior regime, só durante o último Governo do Professor Marcello Caetano viu reparar, muito significativamente, essa injustiça, com a introdução das diuturnidades no regime dos vencimentos dos militares". (fim de citação).

De facto os Sargentos são homens disciplinados e disciplinadores que têm um compromisso de honra com a disciplina.

Mas porque são homens de honra, não podem deixar de estar indignados e descontentes com o curso dos acontecimentos. Não podem deixar de defender a sua honra no compromisso da disciplina, factor essencial da sua própria verticalidade. E aqui reside o grande desafio de encontrar o justo equilíbrio sem prostituir a dignidade que lhe é inerente e da qual não abdicam.

Os Sargentos de Portugal, congregados na sua associação representativa, a ANS, saberão sempre encontrar o caminho certo na encruzilhada em que se encontram!

Terminamos, citando Bertold Brecht, que nos ajudará a reflectir sobre o exemplo dado pelos homens que motivaram a efeméride que aqui hoje comemoramos:

"Há homens que lutam um dia... e são bons;

Há outros que lutam um ano... e são melhores;

Há os que lutam muitos anos... e são muito bons;

Mas há os que lutam toda a vida e esses são imprescindíveis!"

Viva o 31 de Janeiro

Vivam os Sargentos de Portugal

Vivam as Forças Armadas

Viva Portugal ▲

A situação dos problemas e da luta

José Pereira

Vice-presidente da Direcção da ANS

Na passagem de mais um aniversário do nosso dia – o 31 de Janeiro, Dia Nacional do Sargento – tenho o prazer de finalmente vos poder comunicar um conjunto significativo de boas notícias. Informações que há muito ansiávamos e pelas quais vínhamos lutando desde há longa data.

Na sequência dos trabalhos produzidos pelo Grupo de Trabalho para a Resolução dos Problemas dos Militares, criado pelo Sr. Ministro da Defesa, hoje aqui presente e o qual saúdo, Grupo este que integrando de facto, representantes do MDN, dos Ramos e das associações de militares trabalharam lado a lado e em igualdade de circunstâncias ao longo destes últimos meses, tornou finalmente possível apresentar hoje e aqui o resultado deste esforço colectivo.

Trata-se na verdade de um conjunto de medidas que, embora pecando por tardias, irão finalmente ser implementadas, encontrando-se mesmo algumas delas já em fase de publicação no Diário da República, como sejam as correcções de distorções do sistema retributivo no posto de 2SAR e SAJ e a promoção a SAJ de todos os 1SAR que atinjam o último escalão da escala indiciária.

Foi também já aprovado em Conselho de Ministros, e encontra-se em fase de promulgação pelo Sr. Presidente da República, o novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas. Um estatuto único para os três ramos, com igualdade de oportunidades para todos os militares, com normas de salvaguarda que evitarão situações como as que temos vivido até aqui, em que muitos camaradas chegam a permanecer quase 20 anos no posto de 1SAR e outros passam compulsivamente à situação de Reserva por serem ultrapassados na promoção, mesmo tendo boas folhas de serviço, com louvores e condecorações.

Este novo estatuto irá valorizar a formação como pilar do desenvolvimento das nossas carreiras, confirmado pelo facto de que da nova Escola de Sargentos das Forças Armadas, que se encontra em fase final de construção, os futuros jovens sargentos irão sair com graus académicos de bacharelato e os Sargentos superiores com licenciaturas, e as equivalências profissionais serão reconhecidas pela sociedade civil.

O novo Estatuto irá também dignificar o conteúdo funcional dos vários postos e especialidades dos militares, de acordo com o estabelecido nos STANAG da NATO que Portugal desde há muitos anos vem subscrevendo, mas que só agora começará a praticar.

Por outro lado voltará a ser consagrado o direito à passagem à situação de Reserva ao fim de 36 anos de serviço militar, independentemente da idade, como o foi até 2005, reconhecendo assim o Governo a especificidade da condição militar, como profissão de desgaste rápido e com um conjunto de deveres e obrigações ímpares na nossa sociedade.

Paralelamente a todas estas questões, podemos também anunciar que o MDN deu já autorização aos Ramos para processarem o pagamento dos complementos de pensão de reforma aos nossos camaradas na situação de Reforma e que, como tal, irão já este mês passar a receber as suas pensões por completo, com retroactividade a Agosto de 2000.

O mesmo acontecerá com os nossos camaradas do regime de contrato que estão na situação de disponibilidade e aguardam há largos meses pelo pagamento dos subsídios de reintegração, tendo já o



Comemoração do 117.º Aniversário do 31 de Janeiro, na Voz do Operário, Lisboa

Ministério das Finanças libertado a verba necessária para se proceder a esse pagamento durante o próximo mês.

Por outro lado, a Assembleia da República, na aprovação do Orçamento para este ano, incluiu finalmente a verba de 210 milhões que se encontrava há vários anos em falta no Fundo de Pensões dos militares, passando assim a estar garantida a saúde financeira do Fundo que possibilitará no futuro assegurar uma reforma e um fim de vida tranquilos a todos aqueles que dedicaram a sua vida a servir a Nação.

Outras iniciativas legislativas estão já na forja e delas iremos dando conta à medida que os trabalhos se forem desenvolvendo, possibilitando assim a participação de todos, de forma aberta e democrática, nas matérias socioprofissionais que dizem respeito a nós e às nossas famílias.

Destas iniciativas em estudo, permitam-me destacar duas que se encontram já mais avançadas: A atribuição de um Subsídio de Insularidade aos camaradas a prestar serviço nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira; e a actualização da legislação do Suplemento de Residência para valores condignos e de aplicação a todos quantos se encontrem fora do seu agregado familiar.

...vivem-se tempos que todos pensavam que não se voltariam a repetir...

Camaradas,

A intervenção que acabei de ler era de facto **aquela que gostaria de vos transmitir**. Estaríamos assim num País moderno onde o Estado de Direito seria uma realidade.

No entanto, **a realidade é outra totalmente diferente!**

Na verdade, o nosso nível de vida continua dramaticamente a baixar de dia para dia e os direitos que tínhamos por adquiridos foram-nos unilateralmente retirados, alterando os nossos projectos para o futuro e mudando radicalmente as nossas vidas.

Por outro lado, vivem-se tempos que todos pensavam que não se voltariam a repetir.

Tempos de manipulação da imprensa e por esta via, da opinião pública.

Tempos em que se viram portugueses contra portugueses e onde impera a demagogia e a mentira.

Tempos de repressão e perseguição, como comprovam os 45 processos abertos a militares desde que o actual Governo tomou posse.

E é neste ambiente hostil que temos que continuar a resistir, camaradas...

Temos que resistir, nunca esquecendo que somos cidadãos livres.

Livres, honestos e cumpridores das nossas obrigações, e como tal, exigimos respeito!

Temos que resistir com coragem e discernimento, acreditando que é possível alcançar os objectivos que nos propomos.

A situação exige-o e nós e as nossas famílias merecem-no, porque, repito, somos gente de bem que acreditamos na razão e na justiça.

Convém assim fazer um breve **ponto de situação**:

■ Relativamente aos **processos disciplinares**, os relativos a 2005 e 2006 encontram-se já em fase de recurso contencioso nos tribunais ou em recurso hierárquico a nível dos Ramos. Os processos mais recentes estão em fase de instrução. O **Fundo de Solidariedade** constituído para custear a defesa dos camaradas envolvidos obteve já cerca de 10000 euros de donativos. No entanto o avolumar dos processos e a continuação do ataque aos militares exige que façamos todos um esforço para reforçar este Fundo, pois iremos até às últimas instâncias para limpar as folhas de serviço destes camaradas.

■ De todos os problemas que vinham já do anterior, nada foi resolvido, agravando-se as situações à medida que o tempo passa nomeadamente no estrangulamento das **carreiras**, ultrapassagens no **sistema retributivo**, não pagamento dos com-

plementos de pensão, dos subsídios de reintegração, atrasos nos pagamentos dos subsídios de embarque, falência técnica do Fundo de Pensões e cerca de 40 Leis e outros normativos legais que continuam por cumprir sem que sejam assacadas responsabilidades aos governantes do nosso País.

■ Ao nível da **assistência na doença**, há mais de 6 meses que o Grupo de Trabalho produziu e entregou ao Sr. Ministro da Defesa a legislação regulamentadora da ADM, mas essa legislação continua por publicar, obrigando à emissão de mais cartões provisórios, com custos acrescidos, contrariando assim a teoria governamental da poupança e mantendo um clima de insegurança entre os beneficiários, nomeadamente no que diz respeito aos cônjuges.

■ Quanto ao Grupo de Trabalho para a Reestruturação das Carreiras dos Militares, sabemos que foi entregue ao Sr. Ministro da Defesa no passado dia 15 de Dezembro o relatório final com a proposta global para a **revisão do sistema de carreiras** dos militares. Este projecto engloba as áreas do sistema retributivo, da progressão na carreira, da formação, da avaliação do desempenho, da mobilidade e da assistência social. Participámos em algumas reuniões e demos o nosso contributo conforme solicitado. Pedimos uma cópia do relatório final e foi-nos respondido que não estavam autorizados a entregarem-nos essa cópia. Não temos, portanto, conhecimento do seu conteúdo.

■ Quanto às medidas do Governo, continua o **ataque aos direitos**, utilizando o subterfúgio da poupança. Curiosamente enviámos um ofício ao governador do Banco de Portugal, perguntando quanto é que o País tinha poupado com as medidas aplicadas à Família Militar e foi-nos respondido que não dispunha de dados para nos responder...

■ Mais uma vez a **actualização do salário em 1,5% é inferior à inflação** prevista de 2,1%. Na verdade se analisarmos a si-



tuação verificamos que se nos últimos 8 anos as actualizações de vencimentos fossem iguais à inflação oficial (já não falo da real) hoje o nosso vencimento seria 10% superior ao actual.

■ Entretanto o **desconto para a ADM** aumentou 0,6% levando assim uma parte substancial da actualização de 1,5% do vencimento.

■ Acresce ainda que as **taxas moderadoras** do Serviço Nacional de Saúde que agora também são cobradas nos hospitais militares foram actualizadas pelo valor da inflação, bem como foram criadas novas taxas moderadoras para cirurgias e internamentos.

■ As **taxas de IRS** serão também actualizadas pelo valor da inflação e o valor da dedução à colecta passará a ser menor. Iremos portanto pagar mais IRS em termos líquidos.

■ Sabemos que está em marcha um conjunto de iniciativas legislativas que irão reforçar o ataque que tem vindo a ser feito aos funcionários do Estado e do qual nós não estamos excluídos:

1. A nova **Lei da Mobilidade** que prevê a Situação de Mobilidade Especial para os funcionários do estado que sejam considerados excedentários e que de acordo com palavras do director-geral de pessoal do MDN, esta Lei não será só para os civis. Convém sempre recordar que na Força Aérea e na Marinha existe um número muito significativo de camaradas em situação de supranumerário e que relativamente ao Exército foi aprovada a Lei Orgânica do exército que prevê vagas para apenas 60% dos actuais efectivos.

2. O sistema de **avaliação do desempenho** já em implementação na Função Pública irá ter implicação no fim das progressões automáticas, bem como no valor dos próprios vencimentos.

3. Pretende igualmente o Governo fazer alterações importantes na aplicação dos **suplementos remuneratórios** res-

tringindo ao máximo o seu pagamento, bem como alterar de novo as **regras de cálculo das pensões de reforma** levando em conta para esse efeito os vencimentos auferidos durante toda a carreira contributiva.

4. Por último, mas não menos importante, pretende também o Governo alterar o **sistema de vínculos**, no sentido de possibilitar a despedimento de funcionários do Estado, recorrendo inclusive à aplicação de medidas disciplinares, estando para isso também a estudar alterações aos respectivos regimes disciplinares.

Caros camaradas,

O ponto de situação é este.

O senhor primeiro-ministro continua sem explicar porque é que as medidas que aponta como boas para Portugal têm que ser más para os Portugueses.

Continuamos a aguardar resposta aos repetidos pedidos de audiência que te-

mos feito ao Sr. Ministro da Defesa, bem como às Chefias militares.

A continuar assim com estes ataques aos nossos direitos, em breve seremos equiparados a trabalhadores do regime privado.

Não foi certamente por acaso que o anterior Ministro da Defesa nos chegou a entregar propostas de Leis sobre o sistema de avaliação de desempenho e a nossa inclusão no regime geral da Segurança Social, no qual passaríamos a ter direito a subsídio de desemprego e a perder o vencimento quando estivéssemos doentes, passando a receber subsídio de doença.

Não podemos nunca aceitar que a defesa da Nação seja incompatível com a defesa dos direitos das nossas famílias. Se a Lei nos impõe algumas restrições, então o Governo tem que nos respeitar por isso, ao invés do que tem feito, apro-

veitando-se dessas restrições para retirar os poucos direitos que tínhamos decorrentes da nossa Condição Militar.

O que é bom para Portugal tem que ser bom para os Portugueses!

Portugal é os Portugueses!

Com a nossa luta temos conseguido alguns recuos da parte do Governo, bem como protelado a aplicação de determinadas medidas.

Temos que continuar muito atentos e disponíveis para defender os nossos últimos direitos pois só assim poderemos tornar realidade o discurso de sonho com que inicie a minha intervenção.

É necessário, portanto, que continuemos **"Unidos e firmes, até que a Lei se cumpra!"**

Viva a ANS!

Viva o 31 de Janeiro!

Viva Portugal!

(Intervenção na Voz do Operário) ▲

Comemoração do 31 de Janeiro em Espinho

SCH Garcia

Chefe da Categoria de Sargentos do RE3

Em primeiro lugar, em nome dos Sargentos do RE3, agradeço a todos os camaradas convidados pela sua presença que muito nos honra, expressando o orgulho pelo facto de estarem connosco neste dia, a relembrar uma data que para todos nós se reveste de significado especial.

Ao meu Comandante e convidados civis aqui presentes, expresso o apreço de todos nós, Sargentos do RE3, pela vossa adesão a participarem na nossa comemoração. O nosso obrigado e um bem-haja.

A todos os presentes solicito que façamos uma singela homenagem aos que nos antecederam e se ausentaram da vida terrena, com um minuto de silêncio.

Camaradas,

Sabemos qual a razão porque aqui nos encontramos.

Comemoramos hoje, o 31 de Janeiro, dia que se reveste de especial relevo para todos os Sargentos.

Diz-nos a História que a 31 de Janeiro de 1891: "Foi a nobre cidade do Porto que atirou o primeiro golpe sério contra um regime cuja falência era já manifesta.

"Não triunfou o movimento de 31 de Janeiro, porque não actuaram em perfeita conjunção de esforços todas as forças contrárias à monarquia. Despertou, porém, tão vivamente a consciência nacional que deixou, desde logo, o trono dos

Braganças em situação insustentável.

"Aos homens de 1891 cabe, por isso, a honra e a glória de terem sido eles, com o seu sacrifício e o seu altivo e patriótico brado de protesto e de desagravo, que atearam o rastilho da fogueira que aqueceu a alma nacional e a impeliu para a triunfante jornada de 5 de Outubro de 1910, que sob a égide da liberdade implantou a República em Portugal.

"Desde longe se proclama, e com razão, que nenhum povo protesta ou se revolta quando se sente feliz e honrado.

"Ora os portugueses de 1891 bateram-se exactamente pela felicidade e pela honra da Nação. Tantos caíram abatidos pelos tiros da monarquia, ao mesmo tempo que muitos outros suportaram e sofreram os duros tormentos da prisão, do degredo ou do exílio.

"Nada esmoreceu, no entanto, a sua ardorosa fé nos altos destinos da Pátria e no triunfo próximo da República. Com o seu sacrifício prefaciaram, assim, a obra imortal que, levou à conquista definitiva da honra e da liberdade" - Carvalho Duarte (fim de citação).

Mais um aniversário passa sobre a data da tentativa de implantação da República. A comemoração de 31 de Janeiro deve servir para despertar na consciência de todos os camaradas e dos restantes cidadãos portugueses a obrigação de trabalharem com denodo para não deixar perder os princípios fundamentais da nossa liberdade.

Aos homens do movimento do Porto que pretendiam salvar o País da derrocada; lutar contra um regime corrompido e incapaz; protestar, patrioticamente, contra a submissão ao imperialismo estrangeiro; fundar novas instituições políticas de raiz popular; impulsionar audaciosamente o País no caminho do Progresso, da Paz, da Cultura e da Independência Nacional, prestamos hoje a nossa homenagem.

Comemorar o 31 de Janeiro não tem apenas o significado de rememorar e homenagear os homens que se bateram pelas instituições republicanas e democráticas, mas antes e principalmente o de viver o mesmo anseio, de sentir os mesmos angustiantes problemas, num confrangedor reconhecimento de que, mais de um século volvido, ainda agora continuamos com a sua luta: pela libertação e dignificação da pessoa humana, sentimento que nos anima e norteia, e que tão necessária se mostra hoje como o fora então.

O seu gesto e a sua luta não podiam ser mais actuais e os republicanos e democratas modernos, ao comemorá-los, pagam apenas, e em pequena parte, aos antepassados, um alto exemplo e uma nobre lição de verdadeiro amor da Pátria.

Deste modo, os Sargentos sentem a obrigação de se empenhar, tal como outrora os nossos antepassados o fizeram, na formação dos cidadãos que, em razão de serviço, são colocados na sua hierarquia, de modo a fortalecer, no futuro, o

sentido de dever, da disciplina e de patriotismo.

Hoje, formamos jovens, fazendo jus à frase inscrita na nossa casa mãe (a ESE) e que enuncia "O Sargento é a Coluna Vertebral do Exército" não podemos negar a nossa participação na formação cívica e moral dos jovens.

No futuro, os desafios que se colocam aos Sargentos das Forças Armadas portuguesas são, em parte, bem diversos daqueles que foram colocados aos nossos antepassados. A mudança é constante e célere, a indefinição sobre o futuro é cada vez maior, cresce a complexidade social, a diversidade sócio-cultural aumenta, os problemas económicos a nível mundial são prementes e a sua resolução pelos políticos assume, continuamente, um maior grau de dificuldade.

E os Sargentos? Onde é que entram neste filme?

Aos Camaradas pede-se que estejam atentos e dinâmicos tentando acompanhar os desenvolvimentos sociais, empregando neste desafio toda as suas capacidades e competências, regenerando-as.

Para terminar, como preito à memória dos portugueses de 1891, hoje como sempre, façamos repetir bem alto o eco vibrante e patriótico do brado com que eles se atiraram para o glorioso movimento de 31 de Janeiro:

Viva Portugal!

Viva a República!

Viva a Liberdade! ▲

ELEIÇÕES E TOMADA DE POSSE DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ANS

Tiveram lugar, no passado dia 3 de Fevereiro, as eleições para os Órgãos Sociais da ANS, para o biénio 2007/2008, conforme convocatória publicada na edição n.º 64 do jornal "O Sargento".

Estas eleições ficaram marcadas pelo facto de terem sido as mais participadas nos quase dezoito anos de história de vida da ANS. Este facto merece realce porque sucede a um anterior acto de eleições antecipadas (já de si com uma participação muito elevada) na sequência de uma profunda crise interna.

Deste acto eleitoral antecipado resultou um elenco que assumiu como principal missão reestruturar o funcionamento interno da associação, manter e reforçar o contacto com as organizações regionais e núcleos de delegados, reforçar a credibilidade junto das instituições nacionais e internacionais e desen-



movimento associativo. Agendada que estava para ter lugar na Messe de Sargentos de Lisboa, local significativo para a categoria profissional em que se inserem os membros da ANS, foi a mesma inviabilizada através de ofício do Gab CEME, dois dias antes da data marcada, porque, de acordo com o texto deste ofício, tal cerimónia "não se enquadra no âmbito das acções sociais que a Messe de Sargentos de Lisboa presta à Família Militar".

Perante esta afirmação cabe perguntar:

- uma Sessão Solene de Tomada de Posse dos órgãos sociais de uma associação não será um acto social?

- os Sargentos membros da ANS não serão membros da Família Militar?

Fica a pergunta para que cada leitor reflecta sobre o tema...

De qualquer modo, habituados a enfrentar dificuldades e ultrapassá-las, os

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	SCH Dinis Manuel Vitória da Fonseca	ARM ETNA - VFX
Vice-Presidente	SAJ Augusto Manuel Gil Tomás	FAP BA 6
Secretário	SMOR Jorge Manuel F. Veiga dos Reis	EXE RI 19
Vogal	SMOR José Manuel Rodrigues Marques	EXE RTm
Vogal	SAJ Mário Norberto dos Santos Rocha	EXE QG/ZMA

CONSELHO FISCAL

Presidente	SAJ José Paulo Gonçalves Leitão	EXE DGME
Secretário	SAJ José de Sousa e Castro	ARM ESSM
Relator	1SAR Ricardo Jorge A. Braz Castanheira	FAP BA 5
Vogal	SAJ Mário António Rodrigues Pereira	EXE RTm
Vogal	SAJ João Paulo Ferreira dos Santos	EXE QG/ZMM

DIRECÇÃO

Presidente	SAJ António Manuel Gavino Lima Coelho	FAP COFA
Vice-Presidente	SMOR Domingos Manuel M. David' Pereira	ARM AVG
Vice-Presidente	1SAR José António Gouveia Pereira	FAP BA 1
Vice-Presidente	SCH Domingos Paixão da Eugénia	EXE EME
Tesoureiro	SAJ José Fernandes Gonçalves	FAP EMFA
Secretário	SAJ Luís Manuel Marques Bugalhão	ARM DITIC-CE
Secretário	1SAR Paulo Alexandre da S. P. Contreiras	FAP BA 1
Secretário	1SAR Rui Manuel Sarrazina Esteves	EXE RTm
Vogal	1SAR Samuel Luís Duarte dos Reis	EXE CME
Vogal	1SAR António Manuel de Campos Dias	ARM Base Fuz.
Vogal	SAJ Joaquim Manuel Pinto da Silva	EXE BRR
Vogal	2SAR Nuno Duarte Ferreira Garvão	ARM Esq. Helic.
Vogal	1SAR Vítor Manuel dos Santos Esteves	EXE RTm

SUPLENTES

Suplente	1SAR Carlos Jorge Branco dos Santos	FAP AT 1
Suplente	SAJ Fernando Manuel da Costa Machado	EXE DORH
Suplente	1SAR João Manuel Silva Tomás	ARM EMA
Suplente	1SAR Paulo Jorge de Jesus M. Leonardo	FAP BA 6
Suplente	1SAR Paulo Jorge Correia Gonçalves	EXE RAA 1
Suplente	SAJ António Pedro Jacinto	ARM IESM
Suplente	SAJ António Armando de Matos Nabais	FAP AM 1
Suplente	1SAR Vítor Manuel da Silva Mesquita	EXE RAA 1
Suplente	1SAR Adérito Miguel dos Santos Boura	ARM Esc. Fuz.
Suplente	SAJ António Orlando Lima Ribeiro	FAP BALUM
Suplente	SAJ Carlos Jorge Caetano Novais	EXE COFT
Suplente	1SAR Manuel Augusto Martins Pereira	ARM ETNA-VFX
Suplente	1SAR Elisabete da Silva Dinis	FAP BA 5
Suplente	SAJ Carlos Filipe Guerra	EXE DSE
Suplente	2SAR António José Videira Taveira	ARM NRP JRoby
Suplente	SAJ José Carlos P. de Sousa Matos	FAP CFMTFA
Suplente	1SAR Fernando M. S. Oliveira Talhadas	EXE AM-Lx
Suplente	SAJ Diamantino Lopes dos Santos	ARM ETNA-Alfeite
Suplente	SAJ João Nunes Gomes	FAP CFMTFA
Suplente	SAJ Mário António Martins Ramos	EXE DFinanças
Suplente	1SAR José Rosa Péguinho Milheiras	ARM Base Fuz.
Suplente	1SAR Sérgio Manuel Gomes Costa	ARM ETNA-VFX
Suplente	SAJ Rui José de Oliveira	EXE RTm
Suplente	1SAR Manuel Filipe da Costa Sousa	EXE RTm



volver a associação, tudo isto sob um clima de perseguição e repressão como não há registo na história recente do movimento associativo.

Apesar de todas as dificuldades, a única lista que teve a coragem de se propor a sufrágio, recolheu, como já foi dito, o maior número de votos expressos de sempre!

Reforçados por esta indesmentível prova de confiança dada pela massa associativa, tomaram posse, no passado dia 10 de Março, os novos Órgãos Sociais (ver quadro).

A própria cerimónia de Tomada de Posse não ficou incólume a dificuldades levantadas por entidades externas ao



dirigentes da ANS prontamente encontraram "porto de abrigo" nas instalações da Sede Social do CSA - Clube do Sargento da Armada que, fazendo jus à solidariedade entre o movimento associativo militar, preparou o Salão Nobre onde decorreu o acto solene e um Porto de Honra com que no final se brindaram os novos membros e todos os convidados que se fizeram representar neste acto, sendo de realçar neste acto a presença de representantes dos Grupos Parlamentares do PCP, CDS-PP e PEV.

Aos membros agora eleitos o jornal "O Sargento" vem desejar as maiores felicidades na árdua mas nobre missão para a qual se voluntariaram. ▲

Liberdade de Imprensa

Trinta e dois anos passados sobre o 25 de Abril de 1974, com o derrube do aparelho de censura e com a consagração da liberdade de expressão e informação, torna-se cada vez mais pertinente questionarmos se de facto, e na prática, temos neste momento em Portugal uma Imprensa livre e isenta.

E os motivos são vários.

Temos hoje quase toda a imprensa nacional concentrada em torno de cinco grandes grupos económicos com todos os perigos que isso pode representar.

São eles os grupos "Impresa", "Media Capital", "Lusomundo Media/ PT", "Cofina" e "Sonae".

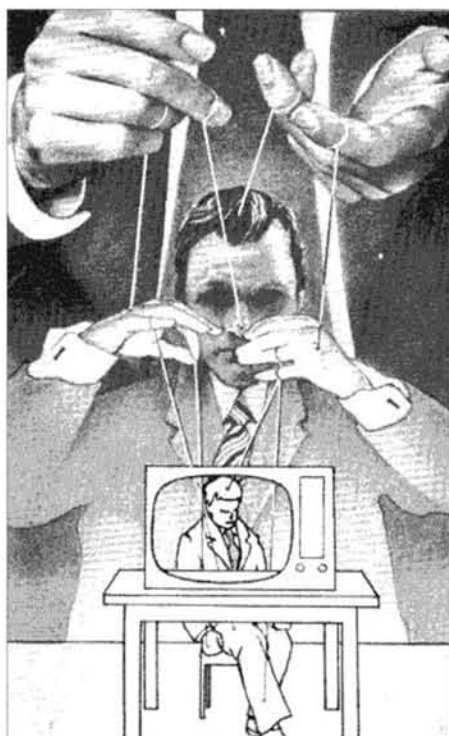
Segundo o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Alfredo Maia, "do ponto de vista formal, há liberdade de imprensa. Do ponto de vista das garantias essenciais a liberdade de imprensa está seriamente ameaçada". Para justificar esta afirmação, Alfredo Maia aponta os ordenados precários dos jornalistas e a concentração dos meios de comunicação social. "Estão criados os mecanismos de censura económica, pois hoje os grupos de média são cartéis de mão-de-obra, controlando o futuro profissional dos jornalistas. Estes acabam por se limitar na sua liberdade de expressão."

Na nossa actividade associativa temos contacto com muitos jornalistas que, "off record", sempre vão desabafando, que não têm uma situação profissional estável, que têm contratos precários, que o seu posto de trabalho está sempre em risco e que se as notícias não saem a culpa não é deles.

Para dar continuidade à campanha de denegramento da imagem dos militares, apresentando-os como detentores de grandes privilégios, durante o mês de Agosto saiu em vários jornais nacionais que os militares não descontam para a Segurança Social.

Podíamos ler no Diário de Notícias, de 6 de Agosto: "Mais de um terço dos trabalhadores portugueses pagam taxas reduzidas para a Segurança Social. Este universo de contribuintes, que abrange grupos tão variados como militares, jovens em primeiro emprego, jogadores de futebol, pais, domésticas, docentes, sócios gerentes, agricultores ou bordadeiras da Madeira..."

Nem as Chefias, nem o Ministro vie-



ram a público esclarecer os cidadãos.

Já estamos habituados...

Também durante o mês de Agosto foi promovida uma conferência de imprensa pelas quatro associações de militares. Compareceram dois jornalistas...

Em várias iniciativas que a ANS levou a efeito em Lisboa durante o mês de Agosto, informada a imprensa, nunca qualquer jornalista compareceu...

No dia 10 de Outubro uma comissão de inquérito, constituída por militares das quatro associações, fez a apresentação do relatório sobre o incumprimento da legalidade democrática, um trabalho de vários meses que se consubstanciou na publicação de um pequeno livro de 90 páginas com um rol de mais de 40 Leis que o Governo não cumpre.

Dos órgãos de imprensa previamente convidados a comparecer, apareceu apenas um jornalista que fez uma notícia de três linhas e meia sobre a matéria.

Ingenuidade nossa, pois pensámos que um Governo que não cumpre a lei ainda podia ser notícia...

Outros dados são importantes de ana-

lisar:

- Sempre que existem protestos públicos, aparecem sempre os comentadores de serviço a desvalorizar as iniciativas. Vejam-se as manifestações de 12 de Outubro com cerca de 100000 participantes e a de 3 de Março com cerca de 150000, ambas em Lisboa, que quase foram apagadas da imprensa;

- Em contrapartida, a iniciativa "Compromisso Portugal" (porque não, "Compromisso Portugueses"...?) promovida por um grupo de empresários, teve um enorme destaque, pois muitas das medidas por eles propostas, como mandar para casa 200000 funcionários do Estado, vão ao sabor das medidas do Governo;

- As sondagens e barómetros publicados na Imprensa continuam a anunciar que a popularidade do primeiro-ministro continua a subir e caso houvesse eleições legislativas o Partido Socialista voltaria a ganhar por uma larga margem, isto apesar de o PS ter sido copiosamente derrotado em todos os actos eleitorais que participou desde as últimas eleições legislativas e de dia para dia a contestação pública e o descontentamento dos portugueses ser maior;

- O aparecimento dos jornais de distribuição gratuita, com notícias "light", sem desenvolvimento ou sobre assuntos fúteis, são avidamente consumidos por uma larga faixa da população que de outra forma não teria disponibilidade financeira para adquirir o seu jornal diário, limitando assim a sua capacidade de escolha e de acesso a informação de qualidade.

Tudo isto obriga-nos a um cuidado redobrado na análise à verdadeira situação da nossa sociedade, do nosso País e dos problemas que nos afectam.

Hoje, mais do que nunca, não basta ler jornais, ou ver TV ou escutar a Rádio, para formarmos a nossa opinião.

Temos que participar activamente na vida do País.

Só assim poderemos perceber a diferença entre as notícias e a realidade e concluir que não estamos sozinhos na nossa indignação.

Há caminho para andar!

José Pereira ▲

Ilustres e Excluídos

Num artigo publicado em Outubro p.p., sob o título "O compromisso ultraliberal e a tibieza das respostas", inserto no diário "Público", o professor André Freire tomando em análise as propostas do "Compromisso Portugal" classifica-as como ultraliberais e justifica. No passo seguinte, tece algumas considerações sobre o contexto da produção do estudo e respectiva paternidade política.

Detentor de conhecimentos que nos escapam, não deixa de ser relevante que o autor do artigo em apreço questione a ideia da redução de 200 mil funcionários públicos, apesar dos 14,3% de funcionários públicos portugueses (em relação à população activa) se encontrarem na média da União Europeia (dados de 2002).

Reconhece-se o excesso de despesa do sector público e a necessidade da sua redução. Porém, o excesso será devido em grande parte à gestão ineficiente e a questões inerentes à estruturação das carreiras.

O autor afirma, em sintonia com o que antecede que "...tais senhores (os do Compromisso, n.d.a.), pretendem fazer o Estado recuar na saúde e na educação para que o capital privado possa expandir-se em áreas relativamente protegidas da concorrência internacional e, ainda por cima, protegidos pelo financiamento estatal(...). Mas se, como frequentemente nos dizem, o país deveria exportar mais, quem iria depois fazê-lo já que os privados se querem virar sobretudo para o mercado (social) interno? O Estado?"

Não podemos deixar de relatar que a visibilidade mediática do "Compromisso..." é maior que a permitida aos sindicatos (a Democracia deve ser assim que determina e manda publicar).

As propostas (estas e outras), apresentadas aos portugueses, exceptuando algumas que são insistentemente desvalorizadas, surgem quase na forma de ultimato, na tentativa de impedir qualquer discussão sobre os assuntos que versam.

É tempo de permitir e incentivar a discussão, de validar alternativas.

Nenhum país se compadece com autismos políticos. Nenhuma sociedade é solidária sem políticas integradoras. Independentemente da forma assumida pelo modelo social europeu em cada país, todos os países da União Europeia devem criar sociedades justas e solidárias. No cumprimento deste desiderato, a redistribuição da riqueza por meio do pagamento das prestações sociais, gerada para reduzir a distância entre ricos e pobres terá de ser uma realidade.

Neste concreto, Portugal (ano 2001) era (é?) o país da União Europeia que tinha (tem?) menos despesa com protecção social por habitante (em P.P.C.), aliada ao penúltimo país com mais baixo nível económico da U.E..

No remate deste artigo, cumpre evidenciar a patente necessidade da mais abrangente e profunda intervenção social no domínio democrático da participação colectiva, para um futuro condizente com os portugueses (europeus?) e não com um país polarizado em ilustres (poucos) e excluídos (o "resto").

Dinis Fonseca
Sociólogo ▲

CP - Quarto de bilhete na linha de Sintra

O túnel do Rossio, em Lisboa, está encerrado para obras, já lá vão quase três anos. Para os utentes da linha de Sintra tem sido um corropio de metro do Jardim Zoológico para os Restauradores, mais ligação no Marquês, com chegada a Entrecampos... Bom para obviar as confusões, decidiram as duas empresas, Metro e CP, alargar o acordo que fizeram por serem empresas cujos serviços prestados são de inegável interesse público, juntando ao transbordo através do metro para a estação dos Restauradores, uma vertente securitária e controladora. É sempre a via mais fácil.

Os utentes com títulos (bilhetes ou passes) da CP entram nas estações do Metro numas cancelas especiais, e os restantes passam nas outras, também especiais, com títulos do Metro. Não fossem as filas que se geram, a juntar ao inferno que é juntar gentes de duas linhas urbanas diferentes, a malta ainda entendia.

Mas é que ainda há pior. Quem fôr militar e quiser comprar uma passagem, ai desculpem, um título da CP, na estação de Metro dos Restauradores (que, lem-



bra-se, substitui há três anos a estação da CP do Rossio), não o pode fazer! E porquê? Porque só se vendem bilhetes (ou títulos, ou passagens, ou lá o que lhe chamam agora estas empresas modernas) inteiros. Nada de quartos de bilhete! Houve um camarada que reclamou junto do Metro e teve a resposta oficial de que, citamos, "Tendo direito a 1/4 do bilhete, terá de adquirir previamente na CP um destes títulos de ida e volta." Pressupõe-se que isto deve acontecer por causa da

impossibilidade técnica de instalar, nas estações de Metro constantes do acordo entre as duas empresas, máquinas de venda automática de bilhetes da CP; ou então é porque era impraticável, ao nível das aplicações informáticas de venda de passagens das duas empresas, vender quartos de bilhete da CP, como vendem inteiros actualmente; pode também ser porque é mais uma medida para terminar com os privilégios dos militares, mas não acredito muito nisso... Por alguma razão deve ser, mas o que é facto é que isso implica que paguemos uma passagem de Metro, para, saindo de Lisboa, chegar ao Jardim Zoológico, para aí sim, comprar então o tal quarto, e regressar a casa em direcção a Sintra.

Então e a ida e volta, pergunta o leitor, não resolve esse problema!?

Então e quando estamos de serviço, perguntamos nós, não se mantém o problema? Ainda para mais quando isso significa pagarmos mais do dobro, por uma viagem que a legislação vigente assegura aos cidadãos militares?!?

Luís Bugalhão ▲

Espanha - Portugal: Ambos com luta igual

No dia 20 de Fevereiro, em solidariedade com o Brigada (SAJ) Jorge Bravo, presidente da AUME, detido por um mês e um dia num Centro Disciplinar do Ejército de Tierra (EXE), deslocou-se a Madrid uma delegação da Direcção da ANS. Uma missão associativa para contribuir para a união na luta pelos direitos do cidadão em uniforme europeu, numa jornada de 23 horas seguidas de agenda repleta.

Tratava-se de aproveitar a oportunidade aberta pela deslocação da EUROMIL, já agendada, para visitar o camarada Jorge Bravo, presidente da recém criada AUME (Asociación Unificada de Militares Españoles), detido por ter prestado declarações, em Março de 2006, sobre um acidente com um helicóptero 'Cougar'.

Numa delegação constituída por Emmanuel Jacob, presidente daquela associação europeia de militares, e por Lima Coelho, na sua qualidade de membro do Board, a solidariedade activa dos militares europeus, o apoio camarada dos cidadãos em uniforme da União, eram levados de viva voz ao camarada, e à AUME a que preside, pelo mais alto nível do associativismo militar europeu. Com o presidente da ANS, na sua dupla condição de dirigente nacional e europeu, viajaram mais dois elementos da Direcção da nossa associação, o vice-presidente David Pereira e o secretário Luís Bugalhão, garantindo assim uma representação forte dos Sargentos portugueses na jornada de luta pela defesa dos direitos de cidadania de nuestros hermanos militares.

O quarteto que denunciou esta injustiça aos órgãos de comunicação social - cometida pelo Estado espanhol, através do Jefe de Estado Mayor del Ejército de Tierra (JEME), general de Ejército Carlos Villar Turrau - era constituído, para além do Emmanuel Jacob e do Lima Coelho, por dois elementos da AUME, António León, delegado de Relaciones Internacionales, e Mariano Casado, secretário geral.

As declarações começaram com o presidente da ANS a expor a situação recente em Portugal, referindo-se ao Passeio do Nosso Descontentamento e às perseguições políticas que desencadeou, consubstanciadas em dezenas de processos disciplinares a decorrer ou em fases de instrução e/ou averiguações. A decisão histórica do dia 15 de Fevereiro, na qual um Tribunal civil suspendeu o cumprimento dos castigos de detenção aplicados a dez camaradas da Força Aérea, foi apresentada como um exemplo de que o trabalho preserverante das Associações, com a ANS na vanguarda, tem conquistado muitas vitórias na luta pelos direitos dos militares em Portugal.

Perseguição política
Condições medievais

Em Espanha terá que ser assim também, e foi como um tónico de esperança e confiança no trabalho de organizações como a AUME que este episódio foi apresentado por Lima Coelho. Também em Espanha, sublinhou, "o que se passa com o Jorge Bravo é uma perseguição política, pelo facto de ele ser presidente da AUME." Lá como cá, as palavras do Brigada Bravo, proferidas na condição de dirigente associativo, foram encaradas como algo que punha em causa a

coesão e a disciplina das FFAA espanholas. Comentando as condições em que o camarada do ejército espanhol está a cumprir a sua pena de detenção, Lima Coelho classificou-as como "medievais!". Encarcerar, restringir o número de visitas a quatro pessoas por dia, limitar o acesso a comunicações telefónicas, são situações apenas compatíveis com quem está preso por ter cometido um crime. Como podem as declarações que puseram o dedo na ferida de muitas verdades (inconvenientes e incómodas, mas nem por isso menos verdades) sobre condições de segurança dos helicópteros no ejército espanhol, colocar um cidadão que jurou defender o seu país, até ao sacrifício da própria vida, numa prisão?

É porque é disso que se trata, quando se fala do centro disciplinario de Colmenar Viejo, nos arredores de Madrid. Mais, numa ideia que seria retomada por Emmanuel Jacob, pensar que se pode negar direitos de cidadania fundamentais a homens e mulheres que são enviados em missões internacionais para defender esses mesmos direitos enferma de uma grande contradição. Como podem Espanha e outros países na Europa viver com esta contradição ética no séc. XXI?

Por isso a luta dos camaradas espanhóis é também a nossa luta. É também a luta dos camaradas de toda a Europa, e é em nome dessa luta comum que Lima Coelho expressou a nossa solidariedade para com Jorge Bravo e para com o trabalho da AUME. Mais tarde haveria oportunidade de manifestar tudo isto de viva voz, na presença do detido presidente da associação espanhola, às 17.00 horas, quando estava prevista a visita de solidariedade internacional à prisão de Colmenar Viejo.

EUROMIL levará este caso
a todas as instâncias

Emmanuel Jacob começou a sua intervenção para fazer o retrato breve da realidade associativa militar na Europa. A EUROMIL representa mais de 30 associações de 22 países, totalizando cerca de meio milhão de cidadãos europeus associados. Num universo destes, é natural haver diferenças fundamentais na prática associativa de cada país. Enquanto em Espanha o caminho que nós já fizemos (nomeadamente com a aprovação do EMFAR ou a alteração do art. 31 da Lei de Defesa Nacional) ainda agora vai no início, na Holanda, existem sindicatos com mais de um século de existência. Também é com esta heterogeneidade que a organização de associações europeias cresceu, apoiando-as no difícil percurso rumo à dignificação da condição militar e dos homens e mulheres que a praticam e sentem. E Jacob referiu o exemplo dos camaradas irlandeses, cuja associação, a PDFORRA, nasceu da movimentação das esposas dos militares. Nessa altura, dois soldados saíram da Irlanda para consultar a EUROMIL, procurando apoio para encontrar soluções para os seus problemas, e quando regressaram ao seu país foram presos. Pois bem, a realidade agora é a de 90% dos militares do país, de todos os ramos, de todos os postos, serem associados!

A realidade impõe-se por si, e a História demonstra que o associativismo não põe em causa a hierarquia, nem a disciplina, nem a coesão, nem o cumprimento das missões das FFAA, em país



nenhum. Nunca as associações de militares questionaram ou sugeriram o que quer que fosse sobre operacionalidade. A missão é para cumprir, até com o sacrifício da própria vida. Assim sendo, não se compreende que os Estados continuem a punir homens como Jorge Bravo por violação dos deveres militares. Homens que são os primeiros, sempre foram os primeiros, a cumprir integralmente as suas obrigações. E Jacob comprometeu-se perante os jornalistas a levar este problema ao conhecimento de todas as instâncias, políticas e diplomáticas dos Estados, às instituições europeias, nomeadamente ao Parlamento e ao Conselho da Europa, às associações de militares, e às organizações militares internacionais, com a OTAN à cabeça, pressionando-as para que situações como esta passem definitivamente à história. "A EUROMIL não descansará enquanto houver um soldado que não tenha os seus direitos democráticos plenamente assegurados", garantiu E. Jacob, anunciando que terá uma reunião com o Secretário Geral da OTAN em 14MAR07, em Bruxelas, e que o caso Jorge Bravo será aí debatido, como símbolo do muito que ainda está para fazer, quando se fala dos direitos da família militar.

O presidente da Euromil questionou a supressão dos direitos de participação e de manifestação, de luta pela defesa dos direitos sociais dos seus associados, da área do associativismo militar. O associativismo assim coartado não passa de "uma caixa vazia!"

Quanto à acção da AUME, está a fazer um bom trabalho na defesa do seu presidente. O seu secretário geral, Mariano Casado, simultaneamente o representante legal de Jorge Bravo, anunciou a interposição de recurso para o Tribunal Constitucional na semana seguinte à realização desta conferência de imprensa, depois de um juiz militar se ter declarado incompetente para decidir sobre tão importante matéria, despachando no sentido de ser o Tribunal Constitucional a pronunciar-se sobre um recurso de habeas corpus, interposto logo após o início do cumprimento da pena. Este recurso foi interposto tendo por base o argumento de que a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, ratificada por Espanha, estabelece que ninguém pode ser privado de liberdade sem uma decisão judicial. A Espanha tinha em vigor uma reserva de restrição à aplicação dessa Convenção no que res-

peitava à legislação militar, mas não terá renovado essa moratória desde 1998, logo, essa restrição à liberdade dos cidadãos, não poderia ser aplicada no caso de Jorge Bravo. Talvez tenha sido por isso, que o Consejo de Ministros espanhol tenha actualizado a reserva, à pressa, no passado dia 9 de Fevereiro...

Lá como cá, há uma corrente fortemente restritiva no que concerne à possibilidade de haver interferências, externas ao meio militar, na justiça a aplicar aos cidadãos militares. Lá como cá, os órgãos de soberania dos dois Estados, eleitos pelos seus povos, têm uma linguagem progressista nos fóruns internacionais, e uma prática conservadora e anacrónica dentro das suas fronteiras...

O abraço a Jorge Bravo

Jorge Bravo viria a ser libertado no sábado, 24 de Fevereiro, às 22.00 horas, mas no dia seguinte, um mês e um dia depois do afastamento forçado do seu quotidiano familiar e social, estaria presente numa conferência de imprensa para falar do seu caso e para anunciar que "[a AUME] está estudando una iniciativa para solicitar la modificación de la normativa sobre las condiciones en el cumplimiento de los arrestos en centros disciplinarios militares".

Ainda com a punição morna, e já estaria a trabalhar... Assim é o nosso camarada Jorge Bravo. Talvez por isso mesmo, ou talvez porque, mesmo não havendo convivência pessoal, as simplicidades entre quem luta pela dignificação do cidadão em uniforme constituam como que um substrato unificador, o facto é que, ainda mal tinha terminado a conferência de imprensa, já aquele grupo de pouco mais de uma dezena de camaradas de três países antevia e planeava o que aconteceria à hora em que poderíamos visitá-lo. Aliava-se um sentimento de solidariedade, à afectividade própria de camaradas e à necessidade de prever possíveis entraves ao cumprimento da missão. É nestas alturas que entra em cena o universal contributo para a reflexão ponderada, em busca das soluções para os problemas: estava na hora do almoço. Foi o tempo de usufruir da proverbial hospitalidade dos espanhóis.

Às 17.00 horas, uma delegação (de peso) representativa do associativismo

Não contem com o meu silêncio!

militar europeu entrava no perímetro da unidade militar onde Jorge Bravo estava preso. Não houve impedimentos de maior, se exceptuarmos a impossibilidade de todos os camaradas estrangeiros poderem estar presentes em simultâneo na sala de visitas (afinal eram permitidas visitas a quatro pessoas, mas apenas se fossem familiares!...), prontamente resolvidas pelo bom senso dos camaradas que asseguram o escrupuloso cumprimento das ordens de punição militares, pelo que depressa pudemos abraçar de facto o camarada.

A pose institucional foi assumida, mas com indisfarçável emoção. Camaradas vindos de longe, numa 3ª feira de Carnaval, longe dos sambas e das máscaras de Veneza, quando se vive num período da história em que o individualismo impera como filosofia de vida... Só o mais frio conseguiria não ficar genuinamente sentido. Sem pieguices, ali estavam homens que sabiam o valor do dever, ao mesmo tempo que sentiam o valor da amizade, da camaradagem e da firmeza dos princípios na prossecução da luta pelos direitos de cidadania democrática de todos os militares sem excepção. Claro que houve também tempo para trocar experiências, para estabelecer linhas de acção comuns, até para contar anedotas... As despedidas foram já fora da sala de visitas, curiosamente, com todos os elementos da delegação junto a Jorge Bravo, mais os militares de serviço, naquilo que, eventualmente, terá sido "mais uma grave ameaça à coesão e à disciplina militar" em Espanha.

Quanto a nós, elementos da ANS, seriam para aí 2.30 horas de 4ª feira de cinzas quando o último elemento da delegação deitou o corpo na enxerga. Um descanso breve, pois nessa tarde haveria audiência no MDN para informações sobre as ADM's, e à noite havia jornada de apoio solidário aos dez camaradas da Força Aérea que haviam sido libertados na semana anterior... Ainda a coisa estava morna e já não havia tempo a perder...

Em Espanha como aqui. Os mesmos problemas, as mesmas lutas. Firmes e Unidos até que a Lei se cumpra. Lá como cá.

Luís Bugalhão ▲

Caríssimos Camaradas e Amigos... Espero que sejam melhores leitores que eu escritor...

Venho por este meio apelar à consciência de vossas excelências e mostrar a minha inquieta indignação.

A intenção fundamental destas minhas palavras é convencer-vos que a única coisa que não podemos fazer é Desistir nem fechar os olhos.

Camaradas, como podemos continuar a viver, fingindo que nada se passa à nossa volta?

Como é possível alguém sobreviver a esta opressão impávido e sereno?

Qual a melhor maneira de nos podermos fazer ouvir, se a nossa liberdade de expressão é silenciada pela autoridade do poder político e militar?

Pergunto a vós, se nos devemos calar, se devemos baixar os braços, se nos devemos acobardar?

Não acredito em tal solução, nem acredito nas falácias da comunicação social, nos chefes militares nem muito menos na falsa classe política que até a data não tem feito mais nada senão desgovernado Portugal semeando a desunião entre o Povo.

Querem disciplina dizem os políticos, os chefes militares e até a mais confundida opinião pública.

Quem diz que razão de existir forças armadas é a disciplina é porque não faz a mínima ideia do que está a dizer. Dizem que a indisciplina põem em causa a operacionalidade das Forças Armadas, como é que é possível, ousarem dizer tal coisa! ...

Esses que vivem rodeados das maiores e incompreensíveis mordomias em tempo de crise, que vivem e se alimentam da nossa distração e desunião, bem, sabem eles, que quem perturba a operacionalidade e a disciplina destas Forças que, são eles e as suas atitudes tão vãs de interesse nacional...

Muito disciplinados somos nós, porque se correspondêssemos aos seus actos com aquilo que temos na vontade, nem sei bem o que seria deles, por isso, quando se atreverem a questionar a nossa disciplina, lembrem-se de que se não fossemos tão disciplinados eles teriam, certamente, uma vida violentamente mais perturbada.

É curioso ouvir os mais afastados da carreira militar a fazer uso de frases pomposas para distorcerem a realidade militar, mas enfim, quem enveredou a

pela via militar está excluído de poder fazer uso da sua palavra sem ser punido.

Aonde e quando é que isto já se viu?! Talvez algures antes do 25 de Abril, Como podem querer que um ser humano consiga viver submisso a tal abuso? ... Asfixiado pela soberba autoridade do poder político e militar?

Será que esses que insistem em nos manter calados conseguem viver sem dizer o que sentem e o que pensam? Será que esses senhores nos querem impor a sua maneira de viver a fazer as vontades dos seus chefes e a subir na vida pelo vergonhoso tráfico de influências?

Mas que atrevimento, gozarem com o tão grande esforço da família militar...

Meus Amigos todos os que trabalham para e em nome de uma Defesa Nacional, sabem que se a situação não está famosa poucas melhoras apresenta para o futuro.

Digamos com coragem e sinceridade aos que pouco percebem de liderança que a disciplina não se conquista com ordenados e punições, mas com motivação, com valorização e com respeito. Como é que chefes querem que algum militar continue a cumprir com lealdade



as suas ordens se esse militar não for respeitado, motivado e envolvidos com dignidade na actividade da instituição.

Os chefes militares e os que envergonham a actividade política devem estar habituados a subir nas suas carreiras pela mera satisfação dos seus superiores e esquecem-se daqueles que ficam pendurados na progressão das suas carreiras. Já agora, penso que seja importante chamar para atenção para um por menor, já viram que são as classes militares mais baixas, nomeadamente Praças e Sargentos, que são mais bloqueadas na sua progressão? Será isto, uma necessidade, ou uma hipócrita pretensão de que quem está bem sentado não quer abdicar das suas confortáveis situações?

Será que querem refazer a ideia, que nem me atrevo a dizer o nome, de que há seres humanos especiais e o resto é Ralé, se assim for, então eu imploro a ti Governo tão ditador, que não fragmentes mais esta sociedade e estas instituições porque já se encontram tão divididas, não aumentes mais o fosso entre as classes, entre Chefes e subordinados, entre gover-

nantes eleitos e o Povo que te elegeu, pois somente unidos podemos ter força para levar o País para a Frente. Peço também que não sacrifiques mais quem se mata a trabalhar e tem tão pouco, levai essas tuas tão inteligentes reformas para a tua casa, para a tua classe e para o teu partido, isso sim era uma demonstração de coragem e não impor sacrifícios sempre aos mesmos.

Perdoem-me este desabafo mas, teve de ser, ou melhor, proporcionou-se espontaneamente.

Como é que as pessoas que dão anos da sua vida à instituição militar são pura e simplesmente travados na sua ascensão profissional e por outro lado quem entra directamente para oficial tem tantas facilidades e sobe tão mais rápido a todos e mais alguns níveis? Será que são melhores por não estarem contaminados com a vida realmente verdadeira de um militar? Será que um Praça ou Sargento tem algum vírus que se possa propagar pela classe superior? Porque será que Praças e Sargentos têm a vida tão dificultada para ir para oficial?

Militares Praças e Sargentos, não são instrumentos nem do poder nem de coisa nenhuma, apenas humildes servidores da Pátria e sinto-me desiludido que apareça tanta gente a apontar o dedo ao militar disposto a morrer pela terra que eles pisam.

Os sucessivos governos que tanto têm lesado o Povo Português com a sua danosa e incompetente liderança do país. Governantes desperdiçam mais uma vez a oportunidade de reunir pacificamente os esforços de todos e lutar por uma Nação mais equilibrada, mais justa, mais desenvolvida. Devemos constatar que mais uma vez chegam ao poder para realizarem a sua propaganda política barata e vulgar.

Anunciam melhorias nisto e naquilo mas na verdade O Povo vive com cada vez mais dificuldades?!... Mas que grande contradição.

Os governantes escondem-se e fogem das suas responsabilidades mas não param de questionar a dos outros, confundindo O Povo com as suas estratégicas jogadas e manobras de distração. Mais uma vez repito que, se os nossos governantes fossem tão corajosos como aparentam, em vez de começarem a impor reformas por baixo começavam a impor reformas por cima, porque o problema não está no Povo que se mata a trabalhar e mal tem para comer, está em quem Lidera sem seriedade, sem convicções nem ideais. Reformem a máquina que organiza o esforço dos cidadãos, reformem o topo do sistema.

Os Chefes Militares e os governantes, que deveriam ser para mim um exemplo a seguir e um motivo de orgulho, são pelo contrário, vergonha e desilusão, pois não têm capacidade de defender os seus homens, com idêntica dignidade que os seus homens cumprem as suas ordens, que tantas vezes vêem impedidos de dar apoio às suas famílias para servir as Forças Armadas e o nosso Portugal.

Em verdade vos digo que Acredito num Portugal Melhor mas não contem com o meu, silêncio, contem com a minha resistência, luta e imprescindível Liberdade de Expressão.

Viva Portugal, só todos unidos e determinados podemos fazer vingar a nossa Grande Nação, tão ditosa que é Portugal.

Duarte Ferreira de Rico ▲

Nos Açores Lei Orgânica não é cumprida!

O Comando da Zona Militar dos Açores indeferiu o requerimento que lhe foi dirigido pelo Sargento-Ajudante Mário Rocha, membro dos Órgãos Sociais da ANS, no sentido de serem indicados os locais de afixação das iniciativas da ANS, conforme estipula o Artigo 2.º da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto.

O Tenente-General Comandante Operacional da Zona Militar dos Açores sustenta a sua decisão afirmando "que o exercício da actividade associativa a que se refere a alínea f) do artigo 2.º da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto terá de conformar-se com o que vier a ser estabelecido no estatuto dos dirigentes referido no artigo 4.º da mesma Lei Orgânica, pelo que, enquanto não for aprovado tal estatuto, carece de fundamento o pedido de disponibilização de locais para o exercício da actividade associa-

tiva em causa, nas unidades e estabelecimentos militares".

O Artigo 2.º da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, estabelece que "as associações de militares legalmente constituídas gozam dos seguintes direitos:

f) Divulgar as suas iniciativas, actividades e edições nas unidades e estabelecimentos militares desde que em local próprio disponibilizado para o efeito".

Segundo o advogado Fernando Santos Freire, o direito consagrado na Lei não carece de regulamentação ao contrário do que determina o Artigo 4.º do mesmo diploma, quanto ao estatuto dos dirigentes associativos, pelo que a decisão do Comandante Operacional da ZMA encontra-se ferida do vício de violação de Lei, razão pela qual foi interposto recurso hierárquico junto do CEME. ▲

Actividade ASSOCIATIVA

O final do ano de 2006 e o início de 2007 primaram pelo agravamento da situação associativa no que concerne a medidas persecutórias e punitivas por parte do poder político acobertado pelas chefias militares, que, recentemente investidas nos respectivos cargos, se prestaram a dar corpo ao que os políticos lhes exigiram como acto de "lealdade", incomodados com a apresentação pública da denúncia oportuna e fundamentada feita pelos dirigentes associativos e respectiva massa apoiante.

Fazendo "tábua rasa" do que é, e deve sempre ser, o "Dever de Tutela", chegámos mesmo ao ponto de ver ser questionado o poder judicial. Assistimos a uma tentativa soez de misturar na mente do comum e menos informado cidadão que os direitos e princípios constitucionalmente previstos não se devem aplicar aos militares. É verdade que existem restrições! Estamos delas conscientes e são claramente aceites. Mas não abdicamos dos princípios de cidadania que defendemos para todos os outros mesmo com o risco da própria vida. E estamos obviamente a falar de situações que ocorrem em tempo de Paz!

Se é bem verdade que "não existem juízes civis no campo de batalha" não é menos verdade que também não existem ministros civis a nomear generais no campo de batalha. É perverso tentar fazer passar a imagem que há paridade entre estas situações em tempo de Paz ou em tempo de crise ou guerra.

Importa deixar bem claro na mente dos nossos cidadãos que toda a actividade associativa se exerce, com as características legalmente previstas, em tempo de Paz.

É aqui que reside toda a diferença: a clara consciência que temos do nosso dever enquanto militares face ao compromisso com a disciplina e o compromisso assumido com a Pátria, mesmo que tal exija o sacrifício máximo, e a mesma clara consciência dos nossos direitos de cidadania constitucionalmente previstos, enquanto cidadãos em uniforme!

Assim, em tempo de Paz e conscientes do nosso dever enquanto dirigentes associativos, foi intensa a nossa actividade, da qual apresentamos alguns destes actos:

20 OUT 06 – Reunião com o secretário-geral do MDN, MGen Luís Sequeira. ANS representada por Lima Coelho e David' Pereira;

23 OUT 06 – Reunião com o presidente do GT-RCMFA, TGen Pinto Ramalho, no IESM. ANS representada por Lima Coelho, David' Pereira, José Pereira e Ernesto Martinho;

25 OUT 06 – Almoço com Sargentos do Regimento de Transmissões, em Lisboa. Delegação da ANS composta por Lima Coelho, Ernesto Martinho e Luís Bugalhão;

27 OUT 06 – Entrega de declarações de Solidariedade com David' Pereira, no Gabinete do CE-MA. Delegação da ANS composta por Lima Coelho e Luís Bugalhão;

28 OUT 06 – Convite para o Encontro "Por uma Administração Pública ao Serviço das Populações e do País" promovido pelo PCP. ANS representada por Lima Coelho;

31 OUT 06 – Reunião Plenária do GT-RCMFA, no IESM. ANS representada por Lima Coelho e David' Pereira;

01 NOV 06 – Reunião Nacional de Delegados da associação holandesa MARVER/AFMP, na sede desta organização, nos arredores de Amesterdão. Lima Coelho convidado como orador;

02 NOV 06 – Delegação ASMIR/ANS/AOFA/APA entrega relatório sobre incumprimento da legalidade democrática na Presidência da República. ANS representada por Luís Bugalhão;

03 NOV 06 – Audiência conjunta ASMIR/ANS/AOFA/APA com o Provedor de Justiça. ANS representada por José Pereira;

03 NOV 06 – Reunião da Direcção da EUROMIL, em Berlim. ANS representada por Lima Coelho;

04 NOV 06 – Festival Musical de Bandas Militares, organizado em Berlim pela associação alemã DBwV incluído no programa do seu 50.º aniversário. ANS representada por Lima Coelho;

06 NOV 06 – Delegação ASMIR/ANS/AOFA/APA entrega relatório sobre incumprimento da legalidade democrática na Presidência da Assembleia da República. ANS representada por José Pereira;

08 NOV 06 – Delegação ASMIR/ANS/AOFA/APA entrega relatório sobre incumprimento da legalidade democrática na residência do Primeiro Ministro. ANS representada por Lima Coelho;

- Reunião de Trabalho com a Direcção da APA, na sua sede, em Lisboa. ANS representada por Lima Coelho e David' Pereira;

10 NOV 06 – Reunião de Militares na Reserva e Reforma, no Bairro Social do Alfeite;

11 NOV 06 – Cerimónia do 88.º Aniversário do Armistício da 1.ª Guerra Mundial, na Avenida da Liberdade, em Lisboa. ANS representada por Lima Coelho e Carlos Santos;

13 NOV 06 – Reunião entre as Direcções das ASMIR/ANS/AOFA/APA, na sede da AOFA, em Oeiras. ANS representada por David' Pereira;

14 NOV 06 – Reunião de Militares na Reserva e Reforma, no Entroncamento;

15 NOV 06 – Reunião de Militares na Reserva e Reforma, no Alto do Moinho, Corroios;

- Reunião de Militares no Activo, Reserva e Reforma, em Vila Franca de Xira;

- Reunião de Militares no Activo, Reserva e Reforma, no Samouco;

16 NOV 06 – Reunião de Militares na Reserva e Reforma, na Amora;

- Reunião de Militares na Reserva e Reforma, em Santo António, Barreiro;

17 NOV 06 – Reunião de Militares na Reserva e Reforma, no CSA, Feijó;

20 NOV 06 – Reunião de Militares no Activo, Reserva e Reforma, em Beja;

22 NOV 06 – Audiência conjunta ASMIR/ANS/AOFA/APA para entrega do relatório sobre incumprimento da legalidade democrática no Supremo Tribunal de Justiça. ANS representada por David' Pereira;

23 NOV 06 – "Passeio do Nosso Descontentamento" na Baixa Lisboa;

25 NOV 06 – Cerimónia de To-



Confraternização nas comemorações do 31 de Janeiro em Lisboa

mada de Posse dos Órgãos Sociais da ANMM. ANS representada por José Castro;

28 NOV 06 – Reunião Plenária do GT-RCMFA, no IESM. ANS representada por Lima Coelho e António Dias;

- Audiência conjunta ASMIR/ANS/AOFA/APA para entrega do relatório sobre incumprimento da legalidade democrática no Supremo Tribunal de Justiça. ANS representada por José Pereira;

29 NOV 06 – Início da Pena de Detenção de David' Pereira;

- Almoço com Sargentos da Brigada de Reacção Rápida, em Tanços. ANS representada por Lima Coelho e Pinto Silva;

- Assembleia da Associação dos Profissionais da Guarda, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por Lima Coelho;

30 NOV 06 – Conferência de Imprensa na Sede da ANS, sobre detenção do vice-presidente David' Pereira;

- Reunião da Comissão de Inquérito, na sede da AOFA, em Oeiras. ANS representada por Álvaro Martins;

04 DEZ 06 – Libertação do vice-presidente David' Pereira. Conferência de Imprensa na Cooperativa Piedense;

21 DEZ 06 – Almoço com Sargentos no Regimento de Transmissões, em Lisboa. ANS representada por Lima Coelho;

04 JAN 07 – Audiência com a Associação Sindical dos Juízes Portugueses, na sua sede em Lisboa. ANS representada por Lima Coelho, David' Pereira e Emanuel Pamplona;

10 JAN 07 – "Encontro Internacional de Solidariedade", na Casa do Alentejo, em Lisboa;

23 JAN 07 – Deslocação ao Presídido Militar de Tomar para visitar o nosso camarada Luís Gomes. Delegação composta por Lima Coelho, David' Pereira e Pinto Silva;

24 JAN 07 – Audiência com o

Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, na sua sede em Lisboa. ANS representada por Lima Coelho e David' Pereira;

27 JAN 07 – Comemorações do 31 de Janeiro, no Funchal, Madeira. ANS representada por Lima Coelho e Paulo Santos;

30 JAN 07 – Comemorações do 31 de Janeiro, em Chaves. ANS representada por Lima Coelho, David' Pereira e Jorge Reis;

- Comemorações do 31 de Janeiro em Leiria/Monte Real. ANS representada por José Pereira, Luís Bugalhão e Sérgio Pereira;

- Comemorações do 31 de Janeiro, na Póvoa do Varzim, a nível interno da unidade;

31 JAN 07 – Comemorações do 31 de Janeiro, em Ponta Delgada, S. Miguel, Açores. ANS representada por Mário Rocha;

- Comemorações do 31 de Janeiro, em Vila Real (em conjunto com Lamego). ANS representada por Álvaro Martins e Carlos Gervásio;

- Comemorações do 31 de Janeiro, em Beja. ANS representada por José Gonçalves e Ernesto Martinho;

- Comemorações do 31 de Janeiro, em Espinho, no RE 3. ANS representada por David' Pereira;

- Comemorações do 31 de Janeiro, em Ponta Delgada, S. Miguel, Açores. ANS representada por Mário Rocha;

- Comemorações do 31 de Janeiro, no Porto, com delegações de Braga e Ovar. ANS representada por Lima Coelho, António Nabais e Fernando Machado;

01 FEV 07 – Comemorações do 31 de Janeiro, em Castelo Branco. ANS representada por Álvaro Martins e Carlos Gervásio;

02 FEV 07 – Comemorações do 31 de Janeiro, em Viseu. ANS representada por Lima Coelho e Luís Bugalhão;

03 FEV 07 – Comemorações do 31 de Janeiro e eleições para os Órgãos Sociais da ANS, na Voz do

Operário, em Lisboa;

04 FEV 07 – Comemorações do 31 de Janeiro, em Tavira. ANS representada por Lima Coelho e Paulo Leonardo;

05 FEV 07 – Audiência com o Conselho Directivo do IASFA. Delegação da ANS composta por Lima Coelho, David' Pereira e José Castro;

06 FEV 07 – Audiência com os coordenadores da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. Delegação da ANS composta por Lima Coelho e David' Pereira;

- Comemorações do 31 de Janeiro, no Entroncamento. ANS representada por Lima Coelho, José Pereira, Dinis Fonseca, José Leitão, Mário Pereira, Manuel Pereira, Sérgio Costa, Manuel Sousa;

07 FEV 07 – Sessão Solene do 48.º aniversário da Junta de Freguesia de S. João. ANS representada por Lima Coelho;

08 FEV 07 – Comemorações do 31 de Janeiro, em Fóia, Monchique. ANS representada por José Gonçalves e Eurico;

09 FEV 07 – Reunião da Direcção da EUROMIL, em Bruxelas. ANS representada por Lima Coelho;

10 FEV 07 – Comemoração do 31 de Janeiro, em Angra do Heroísmo, Terceira, Açores. ANS representada por David' Pereira;

- Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais do CSA, na delegação do Feijó. ANS representada por José Castro;

14 FEV 07 – Início da Detenção dos 10 Sargentos da FAP;

15 FEV 07 – Recepção aos novos 25AR da Marinha em iniciativa conjunta com o CSA;

- Jantar de Recepção aos 10 Sargentos da FAP entretanto libertados;

20 FEV 07 – Deslocação a Madrid para iniciativa de solidariedade com o presidente da AUME, Jorge Bravo. Delegação da ANS composta por Lima Coelho, David' Pereira e Luís Bugalhão;

21 FEV 07 – Reunião com o DGPRM do MDN, sobre ADM's. Delegação da ANS composta por Lima Coelho, David' Pereira, Domingos Eugénia e José Gonçalves;

21 FEV 07 – Reunião de Militares na Casa do Alentejo, em Lisboa, de boas vindas aos militares libertados.

22 FEV 07 – Cerimónia do 32.º aniversário do CSA, na sede social, em Lisboa. ANS representada por Lima Coelho e David' Pereira;

24 FEV 07 – Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais responsáveis pela Delegação do CSA, no Feijó. ANS representada por José Pereira;

07 MAR 07 – Cerimónia do 7.º aniversário da Associação de Praças da Armada, em Lisboa. ANS representada por Lima Coelho, David' Pereira e José Pereira;

10 MAR 07 – Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da ANS, realizada na sede do CSA – Clube do Sargento da Armada, em Lisboa.

14 MAR 06 – Início da Detenção de um Sargento da Marinha, SCH Diamantino Gouveia;

15 MAR 06 – Libertação do Sargento-Chefe Diamantino Gouveia.

À hora do fecho desta edição estavam em preparação e calendarização inúmeras reuniões por todo o País com os núcleos da ANS. ▲

Recepção a novos camaradas no CSA

A recepção aos novos camaradas da Armada coincidiu com um dos mais importantes acontecimentos para o associativismo militar em Portugal. Nesse dia, depois de uma primeira libertação no dia anterior, foram postos em liberdade por ordem de um juiz civil os restantes Sargentos, de um total de 10, que cumpriam castigos de detenção por terem participado no Passeio do Nosso Descontentamento. Acabou toda a gente junta a jantar, no restaurante da Delegação nº 1 do Clube do Sargento da Armada, transformando a coincidência em mais uma sessão de trabalho associativo.

Estava agendado, com bastante atraso em relação ao habitual, o tradicional Porto de Honra de recepção e boas-vindas aos novos Sargentos da Armada, organizado novamente em parceria entre o Clube do Sargento da Armada e a ANS. Desta vez aos camaradas do curso de 2006. Estava ainda prevista para esse dia, uma jornada de solidariedade para com os camaradas detidos dois dias antes, por ordem da Chefia da Força Aérea, em todas as unidades militares. Um dos detidos era o presidente da Direcção da ANS, Lima Coelho, e outro, o José Pereira, um dos seus vice-presidentes. O trabalho era mais que muito, mas a máquina estava oleada. A decisão do Tribunal de Sintra foi celebrada com alegria contida, como é apanágio dos Sargentos, e na Delegação nº 1 do CSA, a cerimónia arrancou à hora.

O Porto de Honra

Na mesa dos trabalhos, pelo Clube, estavam o presidente da Direcção, Francisco Martins, e o vice responsável pela Delegação do Feijó, Simões; pela ANS, o Luís Bugalhão, secretário da Direcção. Estavam presentes 8 camaradas recém-chegados à categoria de Sargento, nos

cerca de 30 presentes na sala. Camaradas na RES/REF, do activo, de outros ramos, quiseram associar-se ao evento, dando um cunho de continuidade ao trabalho de gerações em prol do associativismo na Armada. Foi por aí que começou a alocução do presidente da Direcção do CSA, resumindo a história do clube, desde o seu nascimento, passando pelo tempo em que era *caldo cultural* de ideias e sinergias para lutar pela dignificação dos Sargentos. Ali também foi gerada a *cultura ANS*, ainda antes da existência da ANS. F. Martins frisou assim o papel importante do movimento associativo na congregação de esforços envidados no sentido da defesa dos direitos dos cidadãos militares, particularizando a relação estreita que o CSA mantém com a ANS, mesmo que as ofertas do Clube passem agora, quase exclusivamente, por actividades sócio-recreativas, em áreas como a cultura, o desporto, a organização de debates. Para o resto, está cá a ANS.

Luís Bugalhão fez um breve apanhado da história do associativismo em Portugal, desde que a tutela dos aspectos sociais e profissionais dos militares passou para o poder político, deixando de ser atribuição das Chefias dos Ramos, até aos nossos dias, em que os direitos de associação, de participação e de cidadania dos Militares, embora já inscritos na Lei, são desrespeitados despidoradamente por quem nos governa há décadas. Pegando nas palavras de F. Martins, L. Bugalhão referiu que o CSA e a ANS são indissociáveis, e que se houver quem pense que isso não é assim, que o CSA, agora, é apenas um *clube de sueca*, engana-se, pois o associativismo real, actuante e interventivo, como tem sido o que o CSA e ANS têm promovido ao longo de décadas, cria laços indestrutíveis.

A terminar, o secretário da Direcção da ANS, falou sobre o ininterrupto e cerrado ataque à Condição e à Família Milita-

res que temos vivido nos últimos dois anos. Toda a luta, todas as iniciativas, toda a repressão disciplinar evidenciada pelos, já mais de 50, processos disciplinares, todas as vitórias, enfim, os acontecimentos da era Sócrates foram abordados nesta parte final da sua apresentação. Para a continuação da nossa demanda pela dignificação dos Sargentos precisamos, assim, de todos, pelo que ficou o apelo para que os camaradas novos 2SAR's da Armada se associassem ao CSA e à ANS. Seguiu-se um período de convívio, o Porto de Honra em si, onde houve oportunidade para uma comunicação mais individualizada e participada.

O jantar com os *araújos*

No final do Porto de Honra, já se tinha falado com os camaradas que estavam na sede da ANS, em Lisboa, para receber os camaradas da Força Aérea que haviam sido libertados nesse dia, propondo-lhes que viessem todos jantar no Clube. Não havia a certeza se poderia ser assim, mas quando se pensou no simbolismo de reunir Sargentos castigados por lutarem pelos seus direitos, com Sargentos acabados de chegar ao seio do associativismo, não houve hesitações.

Não jantaram todos juntos numa mesa, por dificuldades de espaço no restaurante, mas estiveram todos juntos depois, numa zona reservada em que os quinze camaradas que chegaram de Lisboa mais tarde tomaram a sua refeição. Nessa altura, o Presidente da ANS deu as boas-vindas aos mais marretas, e falou sobre os acontecimentos recentes, prestando homenagem a todos quantos mantêm a trincheira guarnecida e aos que virão substituí-los, nas lutas que se aproximam. Outros camaradas entrevistaram, o Manuel Custódio por exemplo, que está na trincheira há décadas, para

sublinhar que o associativismo é o único instrumento que a Família Militar tem para lutar pelos seus direitos.

E assim se transformou uma cerimónia de boas vindas, num jantar convívio de camaradas, que evoluiu para uma noite de trabalho associativo. Os momentos que se viveram na Delegação do Feijó do CSA, naquela noite, não serão, certamente, esquecidos por nenhum dos presentes. Que cada um leve a solidariedade que ali se sentiu a outros, e que traga *mais um para jantar* no futuro. ▲



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 1 do art. 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Barão de Sabrosa, n.º 57 - 2.º, em Lisboa, no dia **18 de Abril de 2007**, pelas 19.00 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do ano de 2006.
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o ano de 2007.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 27 de Março de 2007

O Presidente da Assembleia Geral
Dinis Manuel Vitória da Fonseca

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Cursos de Mergulho

Protocolo entre a ANS e HALIOTIS (www.haliotis.pt), com condições especiais para sócios da ANS. ●

Grupo Totta

Protocolo entre a ANS e o Grupo Totta — Totta, Crédito Predial e Santander — em vários produtos e serviços: Contas, Crédito Habitação, Crédito Pessoal, entre outros.

Obtenha informações junto de qualquer balcão do Grupo Totta. ●

Escapes para automóveis

Protocolo entre a ANS e a SIFECA, Peças e Acessórios para Automóveis, Lda., para a venda de escapes para automóveis nas seguintes condições: Todas as vendas serão na modalidade de venda a dinheiro, com o desconto de 30%.

Esta empresa, fornecedora, entre outros, dos escapes FONOS/WALKER, tem estabelecimentos em:

- **Entroncamento**, Zona Industrial — Telef. 249 720 059
- **Lagoa** (Algarve) — Rua Mouzinho de Albuquerque, 3
- **Vila Nova de Gaia** — Rua Cons. Velloso da Cruz, 81. ●

Caravanas

Protocolo com o **Stand Monte Carlo**, da Motril, Lda, para a venda de **caravanas** e **autocaravanas**, acessórios e material de reposição. Descontos a sócios da ANS de **4%** em caravanas; **3%** em autocaravanas; **10%** em material de reposição; **10%** em

acessórios. Facilidades de pagamento até 60 meses.

OBS.: Os descontos só são válidos fora de "Campanhas", "Promoções" ou "Feiras".

- Sede e vendas: Rua Sacadura Cabral, 131 S. Pedro do Estoril - Tel: 214 671 765.
- Exposição e vendas: Estrada Estoril/Sintra (junto ao Autódromo). ●

Pneus, peças e acessórios

Protocolos da ANS com:

■ **GraciAuto**, para a venda de **peças e acessórios para automóveis**, nas seguintes condições: vendas a dinheiro, com desconto de 30%, excepto extras e material de origem.

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30 A
Tel: 249 725 649.

Entroncamento ●

■ **Sulpneus**, com 20% de descontos na prestação de serviços (alinhamento de direcção, montagem de escapes, discos e amortecedores, focagem de faróis, equilibragem de rodas, pré-inspecção).

Rua Álvaro Ferreira Alves, 7 - Zona Industrial de Sta Marta do Pinhal - Corroios
Tels.: 21 254 39 36 / 21 254 38 84 ●

Combustíveis CEPESA

Protocolo com a CEPESA Portuguesa, Petróleos S.A., para os sócios da ANS e seus familiares directos. O montante de **0,03 € por litro de qualquer combustível** é descontado directamente no acto do pagamento mediante a apresentação do cartão "Cepsa Team". Aos titulares deste cartão

assiste também o desconto de **20% em lubrificantes**, para além da acumulação de pontos para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPESA.

Pede aos Delegados da ANS a circular explicativa das condições de adesão. A "Proposta de Adesão" tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepsa, a qual posteriormente é autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas à CEPESA para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não receberam a Proposta de Adesão, podem solicitá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à ANS. ●

Construção Civil

Protocolo entre a ANS e a empresa J. Gomes & Gomes, Lda, para: obras de construção e reparação, com descontos até 20%.

Contactos: 243 992 681 / 262 949 467 / 91 979 76 28 ●

Medicina dentária

Protocolos com:

■ **Lubidente - Centro Médico e Dentário**, em **Queijas**, com descontos de 15% nos tratamentos de Estomatologia, Próteses dentárias, Ortodôncia e outras especialidades, incluindo Análises Clínicas.

Aberto das 8H às 20H, de Segunda a Sexta; Sábado das 10H às 20H; (almoço 12H - 14H).

Rua Prof. Noronha Feio, 12-A
Rua João XXI, nº 9, 1.º Dto
Tel. 214 160 672 / 919 469 529

Informa-te junto da ANS

E-mail: lubilubidente@yahoo.com.br
http://www.pai.pt/search/lubidente.html

■ **Clínica Dentária dr.ª Rosário Saramago**, com descontos de 15% nos tratamentos, a sócios e familiares.

Rua Proj. à Miguel Bombarda, 5 - loja 3 (junto ao Centro de Saúde)

Entroncamento
Tel. 249 725 767 ●

Aluguer de viaturas

Na **National** (rent-a-car) desconto no aluguer de viaturas. As reservas são efectuadas pela ANS. Os associados para usufruírem deste protocolo devem contactar a secretaria da ANS para efectuarem o seu pedido.

Localização: Albufeira, Portimão, Faro, Monte Gordo, Lagos, Vilamoura, Porto, Lisboa, Cascais, Leiria, Castelo Branco, Braga, Évora, Ílhavo, Madeira e nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal. ●

Instrumentos musicais

Descontos na compra de instrumentos musicais de uma vasta gama de marcas. Protocolo com a firma "O Acorde, Lda.", na Rua do Frágoso, 4, em **Évora**, que pratica um desconto em todas as marcas de instrumentos de sopro de 26% nas vendas a pronto a sócios da ANS. Esta firma tem uma loja virtual na internet:

www.portugal@shopping.pt/acorde onde os artigos expostos têm já um desconto de 15%. Nesses artigos os sócios da ANS têm mais 11% de desconto. ▲

Luta e Associativismo dos Militares avança no Mundo!

Dois dos últimos redutos resistentes ao avanço do associativismo, EUA e Grã-Bretanha conheceram no último ano avanços do associativismo dos militares. Nem sempre do mesmo cariz socioprofissional, mas o associativismo constrói-se mesmo assim: de forma incipiente, em torno de problemas concretos que unem e consciencializam os universos afectados e, passo a passo, encaminham-se para a vertente socioprofissional, em torno de soluções para problemas de carreiras, funções, formação, saúde, higiene e segurança no trabalho.

Tomámos conhecimento através da EUROMIL do surgimento de associações socioprofissionais em Inglaterra. Pelo contributo de um sócio em terras americanas fomos alertados para os sítios na Internet <http://www.ivaw.org/>, <http://www.vaiw.org/vet/index.php>, <http://www.westpointgradsagainsthewar.org/index.htm>, de onde se estabelecem ligações para outros que representam diversos universos de militares americanos e familiares contra as guerras que aquele País move no Iraque e no Afeganistão.

«Como patriota americano orgulhoso de servir a nação em uniforme, insto respeitosamente os meus dirigentes políticos no Congresso a apoiar a pronta retirada de todas as forças norte-americanas e bases militares do Iraque. Permanecer no Iraque não é solução e não vale o preço que se está a pagar. Está na hora de as tropas dos EUA voltarem para casa».

Este o teor da petição lançada a 24 de Outubro por 65 soldados norte-americanos que está a mobilizar os sentimentos de oposição generalizada à ocupação do Iraque e que já recolheu o apoio expresso de mais de 1000 soldados norte-americanos. Se a reacção de soldados no activo e na reserva significa alguma coisa, pode dizer-se que o movimento contra a ocupação do Iraque no seio das forças armadas dos EUA não está sentado à espera que o Congresso ponha fim à guerra. O movimento está em permanente organização e luta.

Para o marine Jonathan Hutto, da base de Norfolk, Va., o objectivo é apresentar as assinaturas recolhidas ao Congresso, no Dia de Martin Luther King, em meados de Janeiro próximo, declara este ma-



Manifestações na Holanda e nos EUA

rine de 29 anos, licenciado pela Universidade de Howard.

E afirma: «Fazemo-lo, não como militares que infringem a lei, mas como defensores do nosso direito de participação em democracia. Afirmamos esse dever e esse direito». E acrescenta: «Aos que dizem que os militares não se podem pronunciar, nós dizemos que só nas ditaduras fascistas as pessoas podem ser impedidas de fazer ouvir a sua voz. Nas forças armadas nós temos também o direito de apelar ao Congresso sem sermos punidos.» Jonathan Hutto refere-se à directiva 7050.6 do Departamento da Defesa, que garante aos militares no activo, da Guarda Nacional e aos reservistas o direito de enviarem comunicações aos membros do Congresso sobre qualquer assunto, sem estarem sujeitos a represálias.

Mas o movimento contestatário tem expressão também nas unidades localizadas no Iraque como relatam três veteranos: «Temos a sensação de ter um poder esmagador sobre as nossas cabeças, que torna difícil assumir abertamente a resistência (...); «Nós somos pequenas bases e estamos sob constante vigilância dos comandantes. Sentimos que o nosso papel principal como dissidentes foi transmitir o nosso testemunho ao povo americano. A nossa maior campanha foi a divulgação do cartaz 'Bush mente, quem morre?' (Bush lies, who dies?) por toda a base. Quando os afixámos em cada esquina e nas portas das latrinas, os soldados deixaram-nos lá ficar.»

Os veteranos participam agora em desfiles contra a guerra e incentivam o crescente número de pessoas que protes-

tam contra a ocupação do Iraque.

Terá sido também as dificuldades encontradas pelos soldados ingleses nos teatros de operações que precipitou as diligências que já se conheciam há alguns anos e, agora, se concretizaram na constituição de entidades associativas socioprofissionais de militares. Sobre esta nova realidade daremos mais informações à medida que as formos recolhendo com contactos bilaterais que já estamos a tentar estabelecer e multilaterais através da EUROMIL.

Como já sabemos, os camaradas holandeses, onde o associativismo é já centenário e tem emergências de vária ordem, nomeadamente sindicais e partidárias,

manifestaram-se fardados (aqui na verdadeira acessão da palavra como a foto documenta) dizendo não às pretensões do seu Governo, com 30.000 cartões entregues directamente ao titular da pasta.

Seria boa ideia que o nosso Governo aplicasse na resolução dos nossos problemas metade dos esforços que emprega na repressão do movimento associativo que os traz à luz do dia. Assim estariam salvaguardadas a Coesão, a Disciplina nas Forças Armadas e o futuro e a Dignidade da Família Militar. Bastaria o Governo cumprir a Lei e as decisões dos Tribunais e do Procurador-Geral da República. ▲

O Direito à Memória

Lembramos hoje aqui, a história de resistente do Comendador da Ordem da Liberdade, Sargento-Ajudante, Clarim de especialidade, sócio da ANS n.º 3721, cidadão **Josué Martins Romão**, falecido a 30 de Outubro de 2006, setenta anos após ter sido encerrado no Campo de Concentração do Tarrafal.

Em 1935 o camarada Romão alista-se na Armada, como voluntário, aos dezasseis anos de idade; no ano seguinte toma parte na "Revolta dos Marinheiros", por esse motivo é preso e condenado a 16 anos de prisão e enviado para o Campo de Concentração do Tarrafal, que foi inaugurado, com mais 151 presos, a 29 de Outubro de 1936. No Tarrafal – que a história perpetuará como o "Campo da Morte Lenta" – filia-se no Partido Comunista Português, que viria a ser o partido de toda a sua vida. Neste campo permaneceu até 22 de Setembro de 1952, altura em que foi libertado. Fiel aos seus ideais de justiça, liberdade, solidariedade e fraternidade prosseguiu até ao 25 de Abril de 1974 a luta contra o fascismo.

Trata-se de um exemplo de resistente de corpo inteiro, de protagonista de uma resistência que não parou no tempo, que não se esgotou em 17 anos de luta heróica no Tarrafal, que prosseguiu ao longo de mais de meio século, numa coerência que confere à sua intervenção resistente um significado que importa realçar – um exemplo do qual emerge, carregado de futuro, a demonstração de que a resistência não é apenas, nem essencialmente, passado, mesmo quando esse passado é feito de grande heroísmo e coragem; de que resistir não é apenas, nem essencialmente, um momento da vida de quem resiste, mas que é acima de tudo, uma opção de vida.

Há os que foram e são resistentes, e há os que foram mas deixaram de o ser. E esta diferença não é de somenos, parti-



Homenagem a tarrafalistas em Almada

cularmente, quando se trata de preservar a memória da resistência antifascista.

Há a memória dos que resistiram e resistem até ao fim, sejam quais forem as condições e as circunstâncias que se lhe deparam, a memória do passado continuada no presente, e por isso e só por isso projectada para o futuro – esta é a memória maior, aquela que importa preservar, não permitindo que os branqueadores do fascismo a silenciem, deturpem e aviltem. Mas, há outra memória, essa feita de pedaços do passado; a dos que lutaram mas desistiram de lutar, dos que resistiram mas se cansaram de resistir, em alguns dos casos dos que abandonaram os ideais em nome dos quais resistiram e se passaram para o outro lado da barricada – essa é a memória menor, que cabe num pequeno prato e mesmo assim corre o risco de ficar submersa por meia dúzia de lentilhas.

Foram muitos os que, pelo seu exemplo de resistentes de corpo inteiro, conquistaram o legítimo direito à preservação da memória. E é esse exemplo resistente, é essa memória que importa ter como referência.

Camarada Josué Romão, pela tua vida prenhes de coragem, coerência, empenhamento cívico, pelo exemplo que nos legaste, ganhaste por direito próprio fazer parte da nossa memória, da memória do povo que tão bem soubeste amar.

Até sempre, camarada! ▲



Militares da CMRR participaram na mini-maratona Almada-Lisboa, pela Ponte 25 de Abril, no Domingo, dia 18 de Março